

**PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
EDITAL Nº 137/PMJ/2026**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jaru
Superintendência de Licitações e Contratos

OBJETO: Registro de Preços visando a futura e eventual AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL PARA BEBÊ, KIT DE HIGIENE PESSOAL PARA BEBÊ E KIT DE HIGIENE PESSOAL.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 896.837,00 (oitocentos e noventa e seis mil e oitocentos e trinta e sete reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 27/10/2026 às 10h10min. (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por Lote.

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
(X) Sim / () Não

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS
() Sim / (X) Não

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA
() Sim / (X) Não

LOCAL DA DISPUTA
Site: www.licitanet.com.br

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
ANEXO III – Ata de Registro de Preço;
ANEXO IV – Termo de Compromisso;
ANEXO V – Modelo de declaração para ME e EPP; e
ANEXO VI - Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco;

Sumário

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE.....	
7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA.....	
9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
10. DO PAGAMENTO	
11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS.....	
12. DA FASE DE JULGAMENTO.....	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
14. DOS RECURSOS.....	
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
16. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
18. DO FORO.....	

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/PMJ/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10708/PMJ/2026
MENOR PREÇO POR LOTE****PREÂMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **JARU/RO**, através do (a) Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº 188, de 16 de abril de 2026, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência de Licitações e Contratos, sediado na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, formalizando em **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 14/10/2026, com início às 10h00min.
FIM DO CADASTRO DE PROPOSTAS:	Às 09h59min, do dia 27/10/2026.
ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 27/10/2026, com início às 10h00min.
INÍCIO DO PREGÃO:	Dia 27/10/2026, com início às 10h10min. (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços visando a futura e eventual **AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL PARA BEBÊ, KIT DE HIGIENE PESSOAL PARA BEBÊ E KIT DE HIGIENE PESSOAL** a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será realizada por **LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:

LOTE 1					
Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	KIT PARA FORMAÇÃO DE ENXOVAL PARA BEBÊ Kit para formação de enxoval para bebê, composto por itens de cama, banho e vestuário infantil, destinados ao atendimento de recém-nascidos e bebês, devendo os produtos ser novos, de primeira qualidade, em cores claras, tais como branco, amarelo, creme, bege, verde claro ou similares, com costuras firmes, bom acabamento e materiais adequados ao uso infantil. As medidas indicadas são aproximadas ou superiores, quando aplicável, admitida pequena variação dimensional, desde que não comprometa a finalidade do produto. O kit será composto pelos seguintes itens: Item 01 - Jogo de lençol para berço: 01 jogo contendo 03 peças, sendo 01 lençol de cima medindo aproximadamente 1,55 m x 1,05 m ou superior, 01 lençol de baixo com elástico medindo aproximadamente 1,60 m x 1,05 m ou superior, e 01 fronha para travesseiro medindo aproximadamente 34 cm x 28 cm ou superior. Composição: 100% algodão. Item 02 - Cueiro: 01 cueiro em flanela, tamanho único, composição 100% algodão, medindo aproximadamente 90 cm x 110 cm ou superior.	300,00	KIT	724,83	217.449,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	Item 03 - Fralda de pano: 01 caixa contendo 05 unidades de fraldas de tecido, na cor branca, medindo aproximadamente 70 cm x 70 cm cada unidade ou superior. Material: 100% algodão. Item 04 - Mijão: 01 kit contendo 03 a 05 peças de mijão para bebê, confeccionadas em 100% algodão, lisas, sem pé, com cós em elástico, em tamanho compatível com bebê recém-nascido ou tamanho P. Item 05 - Body manga curta: 01 kit contendo de 03 a 05 unidades de body manga curta para bebê, tamanho P, confeccionado em tecido 100% algodão, com fechamento adequado para uso infantil. Item 06 - Body manga longa: 01 kit contendo de 03 a 05 unidades de body manga longa para bebê, tamanho P, confeccionado em tecido 100% algodão, com fechamento adequado para uso infantil. Item 07 - Macacão longo para bebê: 01 kit contendo de 03 a 05 unidades de macacão longo para bebê, tamanho P, liso, com pé reversível, composição mínima aproximada de 70% algodão e 30% poliéster, indicado para bebês com altura aproximada de 54 cm a 60 cm ou superior compatível com o tamanho P. Item 08 - Meias para bebê: 01 kit contendo 05 pares de meias para bebê, tamanho de 0 a 6 meses, confeccionadas em composição aproximada de 75% algodão, 15% poliamida e 10% elastano, ou composição equivalente/superior que assegure conforto, elasticidade e adequação ao uso infantil. Item 09 - Luvas para bebê: 01 kit contendo 05 pares de luvas para bebê, em tecido malha, composição 100% algodão, tamanho único ou RN, indicado para bebês de 0 a 3 meses, com medidas aproximadas compatíveis ao uso infantil. Item 10 - Toalha de banho para bebê: 01 toalha de banho infantil com capuz, medindo aproximadamente 70 cm x 90 cm ou superior, confeccionada em tecido 100% algodão, adequada para uso em recém-nascidos e bebês. Cada kit deverá ser entregue devidamente montado, contendo todos os itens acima relacionados, acondicionados em embalagem plástica transparente, resistente e lacrada, em perfeitas condições de uso, sem rasgos, manchas, falhas de costura, deformidades ou defeitos de fabricação, acompanhado das informações mínimas do produto, composição têxtil, tamanho, cuidados de lavagem e identificação do fabricante, quando aplicável.				
Valor Total: R\$ 217.449,00 (duzentos e dezessete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais)					

LOTE 2					
Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	KIT DE HIGIENE PESSOAL PARA BEBÊ Kit de higiene pessoal para bebê, composto por produtos destinados aos cuidados diários de higiene, proteção e bem-estar de recém-nascidos e bebês, devendo todos os itens ser novos, de primeira qualidade, acondicionados em suas embalagens originais de fábrica, quando aplicável, devidamente lacrados, registrados ou notificados na ANVISA, quando exigido pela legislação, e com prazo de validade mínimo conforme especificação de cada item. As quantidades, capacidades e medidas indicadas são aproximadas ou superiores, admitida pequena variação desde que não comprometa a finalidade e a qualidade do produto. O kit será composto pelos seguintes itens: Item 01 - Sabonete líquido para bebê: 01 unidade de sabonete líquido infantil, contendo aproximadamente 500 ml, formulado para higiene diária da pele de bebês e crianças, com glicerina, pH fisiológico, dermatologicamente e oftalmologicamente testado, hipoalergênico, livre de parabenos e substâncias agressivas, com fragrância suave, registrado ou notificado na ANVISA. Item 02 - Fralda descartável infantil tamanho RN: 01 pacote contendo aproximadamente 50 unidades de fraldas descartáveis infantis, tamanho RN, indicada para recém-nascidos com peso de até 5 kg, confeccionada com componentes atóxicos, barreiras antivazamento, cobertura interna em não tecido com aloe vera, sistema de fixação por fitas adesivas e polímero superabsorvente, ou especificação equivalente que assegure qualidade e desempenho. Item 03 - Fralda descartável infantil tamanho P: 01 pacote contendo aproximadamente 100 unidades de fraldas descartáveis infantis, tamanho P, indicada para bebês com peso de até 8 kg, confeccionada com componentes atóxicos, barreiras antivazamento, cobertura interna em não tecido com aloe vera, sistema de fixação por fitas adesivas e polímero superabsorvente, ou especificação equivalente que assegure qualidade e desempenho. Item 04 - Pente para cabelo de bebê: 01 unidade confeccionada em material plástico resistente, com pontas arredondadas, apropriado para uso infantil, proporcionando segurança e conforto durante a higiene do bebê. Item 05 - Hastes flexíveis: 01 caixa contendo aproximadamente 150 unidades de hastes flexíveis, confeccionadas em material resistente,	300,00	KIT	503,85	151.155,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	com extremidades macias, destinadas à higiene pessoal.				
	Item 06 - Kit de lenços umedecidos: 01 kit contendo 03 pacotes de lenços umedecidos infantis, com aproximadamente 48 lenços por pacote, dermatologicamente testados, livres de álcool etílico e parabenos, macios e resistentes, indicados para higiene diária da pele do bebê.				
	Item 07 Álcool Etilico 70%: 01 unidade de álcool etílico 70% (setenta por cento), na forma líquida, acondicionado em frasco contendo aproximadamente 100 ml, devidamente lacrado e em embalagem original do fabricante, destinado à higienização e desinfecção de superfícies, objetos e utensílios utilizados nos cuidados diários do bebê, contribuindo para a redução da proliferação de microrganismos e auxiliando na manutenção de condições adequadas de higiene. O produto deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, quando exigido pela legislação vigente, e apresentar prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses, contado da data da entrega.				
	Item 08 - Nistatina + Óxido de Zinco: 01 tubo de pomada dermatológica contendo nistatina 100.000 UI/g associada a óxido de zinco 200 mg/g, indicada para prevenção e tratamento de dermatites da área de fraldas, com registro válido na ANVISA.				
	Item 09 - Óleo corporal infantil: 01 unidade de óleo corporal infantil à base de óleo de amêndoas ou equivalente, contendo aproximadamente 100 ml, dermatologicamente testado, com fragrância suave, destinado à hidratação e proteção da pele do bebê.				
	Item 10 - Shampoo infantil: 01 unidade de shampoo infantil neutro, contendo aproximadamente 200 ml, indicado para higiene diária dos cabelos e couro cabeludo de bebês, dermatologicamente testado, fórmula suave, registrado ou notificado na ANVISA.				
	Item 11 - Algodão hidrófilo: 01 pacote contendo aproximadamente 500 gramas de algodão hidrófilo em bolas, confeccionado em 100% algodão, macio, absorvente e isento de impurezas.				
	Item 12 - Kit de mamadeiras infantis: 01 kit contendo 03 mamadeiras infantis com capacidades aproximadas de 70 ml, 160 ml e 250 ml, fabricadas em material atóxico, resistente, livre de BPA, contendo tampa protetora, bicos adequados para recém-nascidos e lactentes, sistema eficiente de vedação e predominância da cor branca.				
	Cada kit deverá ser entregue devidamente montado, contendo todos os itens acima relacionados, acondicionados em embalagem plástica transparente, resistente e lacrada, em				

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	perfeitas condições de uso, acompanhado das embalagens originais dos produtos, quando aplicável, sem avarias, violação, vazamentos ou defeitos de fabricação, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, modo de uso e demais informações exigidas pela legislação vigente.				
Valor Total: 151.155,00 (cento e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais)					

LOTE 3					
Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	BANHEIRA INFANTIL CAPACIDADE APROXIMADA DE 20 LITROS Banheira infantil, com capacidade aproximada de 20 (vinte) litros, fabricada em plástico durável e resistente, confeccionada em material atóxico, adequada para uso infantil. Deverá possuir acabamento adequado, sem rebarbas ou arestas cortantes, garantindo segurança durante a utilização. Cor clara, preferencialmente branca, transparente ou tonalidade similar. O produto deverá ser novo, acondicionado em embalagem original do fabricante, isento de sinais de uso ou avarias, e possuir vida útil compatível com sua finalidade, conforme especificações do fabricante, contado a partir da data da entrega.	300,00	UN	44,70	13.410,00
2	BOLSA MATERNIDADE TAMANHO MÉDIO Bolsa maternidade, tamanho médio, medindo aproximadamente 40 cm de comprimento x 30 cm de altura x 15 cm de largura, confeccionada em material sintético impermeável (courino, PVC, PU ou equivalente de qualidade superior), de fácil limpeza e alta resistência, adequada para o transporte de itens de higiene e enxoval do bebê. Deverá possuir forro interno completo, alças de mão reforçadas e alça transversal regulável e removível. A bolsa deverá conter 01 (um) bolso frontal com fechamento em zíper, 02 (dois) bolsos laterais com elástico e, internamente, 01 (um) bolso com tela para organização de acessórios. As costuras deverão ser reforçadas e as ferragens metálicas niqueladas ou material equivalente resistente à corrosão, garantindo durabilidade e segurança no uso diário. Cor clara, preferencialmente bege perolado, ou tonalidade similar. A bolsa deverá ser personalizada com arte institucional a ser fornecida posteriormente pela Contratante. A personalização deverá ser aplicada de forma permanente e resistente ao uso, em local visível do produto, conforme layout, dimensões e especificações que serão encaminhados após a contratação.	300,00	UN	333,95	100.185,00

LOTE 3					
	O produto deverá ser novo, em embalagem original do fabricante, isento de defeitos, avarias ou sinais de uso, e possuir vida útil compatível com sua finalidade, conforme especificações do fabricante, contado a partir da data da entrega. Obs.: Não serão aceitas bolsas confeccionadas predominantemente em tecido, TNT ou materiais similares não impermeáveis.				
3	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO COR BRANCA Garrafa térmica com capacidade nominal de 1 (um) litro, destinada ao acondicionamento e conservação térmica de líquidos quentes ou frios, confeccionada em material plástico resistente, atóxico e de alta durabilidade. Deverá possuir sistema de isolamento térmico com ampola interna ou tecnologia equivalente, tampa rosqueável com vedação eficiente contra vazamentos e sistema de servir por acionamento simples (rosca ou pressão), adequado para uso doméstico e institucional. Cor branca, lisa, sem estampas, desenhos, logomarcas promocionais ou detalhes predominantes em outras cores. Dimensões e formato compatíveis com garrafa térmica convencional de 1 litro. O produto deverá ser novo, acondicionado em embalagem original do fabricante, livre de defeitos, rachaduras, deformações ou quaisquer avarias, garantindo o pleno funcionamento e a conservação térmica adequada de líquidos. Não serão aceitas garrafas decoradas, coloridas, metalizadas, transparentes ou com predominância de cores diferentes da branca. A capacidade mínima deverá ser de 1 litro, admitindo-se variação máxima de 5% nas dimensões do produto, desde que não comprometa sua funcionalidade.	300,00	UN	71,33	21.399,00
Valor Total: 134.994,00 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e quatro reais)					

LOTE 4					
Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CARRINHO DE BEBE CARRINHO DE BEBE Carrinho de bebê tipo berço/passeio, destinado ao transporte de crianças desde o nascimento até, no mínimo, 15 kg, confeccionado em materiais resistentes e de boa qualidade, com estrutura segura e dobrável, encosto reclinável, cinto de segurança de 5 pontos, capota retrátil, rodas com sistema de freio, assento acolchoado e tecido removível ou de fácil higienização. O produto deverá possuir certificação do INMETRO, ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	300,00	UN	684,95	205.485,00

LOTE 4

Serão aceitos modelos equivalentes ou superiores, desde que atendam às características mínimas de segurança, conforto e funcionalidade exigidas.

Valor Total: 205.485,00 (duzentos e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais)

LOTE 5

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	KIT DE HIGIENE PESSOAL Kit de higiene pessoal, com os itens individualmente organizados e acondicionados em saco plástico transparente para proteção e higiene, sendo o conjunto final acondicionado em mochila tipo saco personalizada, confeccionada em tecido 100% poliéster, com alças em nylon, medindo aproximadamente 35 cm x 44 cm, destinada ao transporte do kit, com aplicação de logomarca institucional padrão da unidade, cuja arte será fornecida pela Contratante e encaminhada juntamente com a Ordem de Fornecimento, contendo: Sabonete em barra, com perfume, peso unitário mínimo de 90 g 04 (quatro) unidades; Escova dental, uso adulto, cerdas em náilon macias, da mesma altura, extremidades arredondadas, com 04 (quatro) fileiras de tufo; cabo plástico reto, formato da cabeça retangular com cantos arredondados, comprimento aproximado de 20 cm 01 (uma) unidade; Pasta dental em creme, uso adulto, peso mínimo de 90 g, contendo flúor, devidamente registrada/notificada na ANVISA, acondicionada em embalagem original do fabricante; Papel higiênico, pacote contendo 04 (quatro) rolos, com metragem mínima de 60 metros cada rolo 01 (um) pacote; Desodorante antitranspirante em creme, uso adulto, proporcionando proteção eficaz contra transpiração e odores por até 48 horas, com hidratação por até 24 horas, fórmula dermatologicamente testada, isenta de álcool etílico e corantes, indicado para todos os tipos de pele, com gramatura aproximada de 55 g 01 (uma) unidade; Esponja para banho, dupla face (vegetal e espuma) 01 (uma) unidade; Pente para cabelo, uso adulto, em material plástico, dentes largos médios, medindo aproximadamente 20 cm x 4,5 cm 01 (uma) unidade; Toalha de banho, material 100% algodão, medindo aproximadamente 120 cm de comprimento por 70 cm de largura 01 (uma) unidade; Aparelho de barbear descartável, uso adulto, contendo 3 (três) lâminas, com cabo anatômico; Hastes flexíveis para higiene pessoal, acondicionadas em embalagem contendo aproximadamente 75 (setenta e cinco) unidades.	700,00	KIT	268,22	187.754,00

LOTE 5				
Quantidade por kit: 01 (uma) embalagem. Os itens deverá apresentar boa qualidade e prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses, contado a partir da data da entrega.				
Observação: A arte da logomarca será encaminhada à Contratada juntamente com a respectiva Ordem de Fornecimento.				
Valor Total: 187.754,00 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais)				

1.1.3. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.1.4. APROVAÇÃO PRÉVIA DA PERSONALIZAÇÃO DOS ITENS

1.1.4.1 Considerando que a presente contratação contempla produtos com personalização institucional, especialmente a **bolsa maternidade** e a **mochila tipo saco** destinada ao Kit de Higiene Pessoal, a empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, submeter à aprovação da Contratante a arte final da personalização antes do início da produção dos materiais.

1.1.4.2. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento e da arte institucional disponibilizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES, a Contratada deverá elaborar a aplicação da personalização conforme as especificações fornecidas pela Administração, observando rigorosamente a logomarca oficial, cores, dimensões, proporções, posicionamento, acabamento e demais características estabelecidas.

1.1.4.3. A arte final deverá ser encaminhada para análise e aprovação da Contratante por meio do endereço eletrônico compras_semdes@jaru.ro.gov.br ou, alternativamente, pelo WhatsApp do Setor de Compras da SEMDES, nº (69) 99312-3544.

1.1.4.4. Sempre que a Administração entender necessário, além da prova digital (layout), poderá ser exigida a apresentação de amostra física do produto personalizado, para verificação da qualidade do material, fidelidade das cores, dimensões da logomarca, acabamento, técnica de impressão ou bordado e demais especificações previstas no Termo de Referência.

1.1.4.5. A produção dos itens personalizados somente poderá ser iniciada após a manifestação formal de aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES. Caso a arte ou a amostra apresentada não esteja em conformidade com as especificações técnicas ou com o padrão de identidade visual do Município, a Contratada deverá realizar todas as correções necessárias e reapresentá-las para nova análise, sem qualquer ônus para a Administração.

1.1.4.6. O objetivo desse procedimento é assegurar que os produtos personalizados sejam confeccionados em conformidade com o padrão institucional do Município de Jaru, evitando erros na aplicação da identidade visual, divergências de layout, acabamento inadequado, desperdício de materiais, retrabalho, atrasos na execução contratual e prejuízos ao interesse público.

1.1.4.7. A eventual produção dos materiais sem a prévia aprovação da arte ou da amostra ocorrerá por exclusiva responsabilidade da Contratada, que ficará obrigada a substituir, às suas expensas, todos os produtos confeccionados em desacordo com as especificações aprovadas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e contratuais cabíveis.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Site Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No(s) lote(s) em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3§, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.5.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2. e 2.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.8.2. e 2.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.2. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do **LOTE**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Fornecer os produtos nas quantidades, especificações, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no edital, na proposta, na Ata, no contrato e nas Ordens de Fornecimento.

6.1.2. Entregar produtos novos, de primeiro uso, seguros, adequados à finalidade e livres de avarias, defeitos, violações, vazamentos ou sinais de utilização.

6.1.3. Assegurar que cada kit contenha integralmente todos os produtos e quantidades previstos.

- 6.1.4. Entregar os produtos em embalagens adequadas, íntegras, limpas, identificadas e compatíveis com transporte e armazenamento.
- 6.1.5. Manter os produtos sujeitos à vigilância sanitária devidamente regularizados perante a ANVISA, quando exigido.
- 6.1.6. Manter os produtos sujeitos à certificação compulsória devidamente registrados e certificados pelo Inmetro.
- 6.1.7. Elaborar e apresentar a prova digital da personalização no prazo estabelecido.
- 6.1.8. Produzir os itens personalizados somente após aprovação formal.
- 6.1.9. Executar a personalização em conformidade com a arte, dimensões, posição, cores, técnica e acabamento aprovados.
- 6.1.10. Utilizar a identidade visual do Município exclusivamente para a execução da contratação.
- 6.1.11. Arcar com transporte, frete, seguro, carga, descarga, embalagem, tributos e demais despesas necessárias.
- 6.1.12. Substituir, às suas expensas, os produtos rejeitados, incompletos, vencidos, avariados, defeituosos ou irregulares.
- 6.1.13. Cumprir as obrigações de garantia, reparo ou substituição.
- 6.1.14. Manter representante formal, telefone e endereço eletrônico atualizados.
- 6.1.15. Comunicar imediatamente qualquer circunstância que possa comprometer o prazo ou a qualidade do fornecimento.
- 6.1.16. Solicitar eventual prorrogação antes do encerramento do prazo, apresentando justificativa e comprovação.
- 6.1.17. Prestar esclarecimentos e atender às notificações do gestor e do fiscal.
- 6.1.18. Manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata e das contratações.
- 6.1.19. Responsabilizar-se por danos causados à Administração, aos beneficiários ou a terceiros em razão de defeito, inadequação, irregularidade ou insegurança dos produtos.
- 6.1.20. Responsabilizar-se pela autenticidade das informações e dos documentos apresentados.
- 6.1.21. Não transferir a terceiros a responsabilidade pela execução, ainda que adquira produtos de fabricantes ou distribuidores distintos.

6.2. DA CONTRATANTE:

- 6.2.1. Emitir as Ordens de Fornecimento com as informações necessárias à execução.
- 6.2.2. Disponibilizar tempestivamente os arquivos, artes e orientações necessárias à personalização.
- 6.2.3. Analisar as provas digitais e as amostras nos prazos estabelecidos.
- 6.2.4. Disponibilizar local e condições adequadas para o recebimento dos produtos.
- 6.2.5. Receber provisória e definitivamente os produtos, observados os critérios estabelecidos.
- 6.2.6. Conferir as quantidades, especificações, embalagens, validade, certificações, registros e personalizações.
- 6.2.7. Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos entregues em desacordo.
- 6.2.8. Comunicar formalmente à Contratada as irregularidades, fixando prazo para correção ou substituição.
- 6.2.9. Designar gestor, fiscal e responsáveis pelo recebimento.
- 6.2.10. Acompanhar e fiscalizar a execução, registrando as ocorrências.
- 6.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários.

6.2.12. Efetuar o pagamento das quantidades efetivamente entregues e definitivamente aceitas, nos prazos e condições estabelecidos.

6.2.13. Aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.14. Controlar os saldos da Ata, os estoques e a distribuição dos produtos aos beneficiários.

6.2.15. Planejar de forma coordenada as solicitações dos componentes do Kit Natalidade.

6.2.16. Adotar as providências administrativas necessárias diante de atraso, inexecução, defeito ou irregularidade.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. A entrega dos itens deverá ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do envio da respectiva Ordem de Fornecimento, independentemente de a empresa contratada estar sediada no Município de Jaru/RO, em outros municípios do Estado de Rondônia ou em qualquer outra unidade da Federação.

7.2. LOCAL DE ENTREGA

7.2.1. Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelno Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável pelo Almoxarifado ou servidor designado, juntamente com a nota fiscal e a Ordem de Fornecimento.

7.3.2. O recebimento provisório destina-se à conferência inicial de volumes, quantidades aparentes, integridade das embalagens e correspondência básica com os documentos apresentados, não representando aceitação definitiva.

7.3.3. Os produtos serão submetidos à verificação de qualidade, quantidade, composição, dimensões, validade, regularidade sanitária, certificações, personalização e demais requisitos.

7.3.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante manifestação do responsável ou termo de recebimento.

7.3.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:

- a) estiverem em desacordo com as especificações;
- b) forem entregues em quantidade inferior à solicitada;
- c) apresentarem defeitos, avarias, vazamentos, violações ou sinais de uso;
- d) estiverem vencidos ou com validade inferior à exigida;
- e) não apresentarem registro, certificação ou identificação obrigatória;
- f) apresentarem personalização diferente da aprovada;
- g) estiverem incompletos.

7.3.6. A Contratada deverá substituir os produtos rejeitados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da notificação, sem custo adicional.

7.3.7. O recebimento definitivo dos produtos substituídos somente ocorrerá após nova conferência e aceitação.

7.3.8. O prazo de recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando forem necessárias diligências, consultas a órgãos reguladores, testes ou verificações complementares.

7.3.9. Havendo controvérsia quanto a parte da entrega, poderá ser reconhecida e processada a parcela incontroversa, desde que seja possível individualizá-la sem prejuízo da Administração.

7.3.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos de fabricação, irregularidades, falta de segurança, desconformidades ou obrigações de garantia identificadas posteriormente.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, adequados à finalidade prevista e integralmente compatíveis com as especificações, quantidades, composições, dimensões e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.4.2. Os produtos deverão ser entregues sem avarias, manchas, rasgos, deformações, falhas de costura, vazamentos, violação de embalagem, defeitos de fabricação ou quaisquer condições que comprometam sua qualidade, segurança ou utilização.

7.4.3. Os produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão possuir registro, notificação, cadastro ou regularização perante a ANVISA, quando exigidos pela legislação.

7.4.4 Os produtos sujeitos à certificação compulsória deverão possuir certificação válida e o respectivo Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro.

7.4.5. Os produtos com prazo de validade deverão apresentar, na data da entrega, período remanescente compatível com o prazo de armazenamento e consumo previsto pela SEMDES, conforme percentual ou prazo mínimo definido nas respectivas especificações.

7.4.6. As embalagens deverão estar íntegras e conter as informações obrigatórias, incluindo fabricante, composição, lote, data de fabricação, validade, instruções de uso e cuidados de conservação, quando aplicáveis.

7.4.7 Os produtos entregues em desconformidade deverão ser substituídos pela Contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, competindo-lhe acompanhar e verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta aceita, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e nas respectivas Ordens de Fornecimento.

7.5.2. No ato da entrega e durante o recebimento, a fiscalização deverá conferir as quantidades, especificações, composição dos kits, dimensões, materiais, integridade das embalagens, identificação dos fabricantes, lotes, prazos de validade, registros sanitários, certificações e demais requisitos aplicáveis aos produtos fornecidos.

7.5.3. Nos itens personalizados, deverá ser verificada a conformidade com a arte previamente aprovada pela Contratante, especialmente quanto às cores, dimensões, posicionamento, acabamento, legibilidade e resistência da aplicação.

7.5.4. Os produtos entregues em desacordo com as especificações, incompletos, vencidos, avariados, violados, defeituosos ou sem a documentação exigida poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a Contratada providenciar sua substituição ou correção no prazo estabelecido, sem qualquer ônus adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5.5. A fiscalização deverá registrar as ocorrências verificadas e comunicar ao gestor da contratação as situações que demandem providências administrativas. O acompanhamento realizado pela Administração não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, regularidade e conformidade dos produtos fornecidos.

8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA

8.1. DO CONTRATO

8.1.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

8.1.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

8.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.2.1 deste Edital.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.2.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

8.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.4. DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.4.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.4.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

8.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

9.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

9.1.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

9.1.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços e deverão ser observadas as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatório, observado o disposto no inciso IV do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatório na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

9.1.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

9.2. DA ASSINATURA DA ATA

9.2.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jarú, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.2.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.2.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.2.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.3. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

9.3.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

9.3.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

9.3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

9.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

9.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.3.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

9.3.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

9.3.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.4. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

9.5. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

9.5.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

10. DO PAGAMENTO

10.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

10.1.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

10.1.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

10.1.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

10.1.7. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

10.1.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

10.1.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

10.2. DA LIQUIDAÇÃO

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

11.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

11.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21](#)

11.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

11.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

11.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

11.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

11.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

11.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

11.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

11.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.3.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

11.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. conter vícios insanáveis;

12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:

12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. Na ausência do envio ou em caso de documento vencido: a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser consultada e obtida pela comissão de contratação, desde que a empresa envie, no momento da licitação destinado ao envio da documentação de habilitação, o comprovante do registro no SICAF. Essa consulta será RESTRITA ao SICAF, não sendo realizada de outros meios/sites.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS ÚTEIS**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a). Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, **mediante solicitação devidamente justificada e sujeita à aprovação do(a) pregoeiro(a)**.

13.9.1.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

13.9.1.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.9.1.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.9.1.1.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.9.1.1.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.9.1.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.11.3. Conforme disposto no item 13.9.1. e seus subitens deste edital.

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.

13.18. Da Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

e) Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

g) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.19. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.
- b) Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.
- c) Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.
- d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link www.tst.jus.br/certidao Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da **CNDT**.

13.19.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.20.1. Considerando as características do objeto, consistente no fornecimento de bens comuns, padronizados e de baixa complexidade técnica e operacional, bem como a inexistência de parcela de maior relevância técnica ou valor significativo cuja execução demande a comprovação de experiência anterior, não será exigida, para fins de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica ou de documentação relativa à qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional. A dispensa da exigência busca evitar a imposição de condição desnecessária, desproporcional ou impertinente ao objeto, preservando a razoabilidade, a proporcionalidade, a isonomia e a competitividade do certame, em conformidade com os arts. 9º, inciso I, e 67 da Lei nº 14.133/2021.

13.21. Da Qualificação Econômica e Financeira:

a) Certidão Negativa de **Falência, Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida nadada de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

c1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

c2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

c3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1
LG= Liquidez Geral – igual ou superior a 1
SG= Solvência Geral – igual ou superior a 1

d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

e) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado **da parcela pertinente**.

f) Em caso de participação da empresa **FILIAL** na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a **MATRIZ**: deverá ser apresentada **DECLARAÇÃO** de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da **MATRIZ**.

13.22. Das Declarações:

a) Termo de Compromisso (declaração conjunta) (Anexo IV).

13.22.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.23. Da Aceitabilidade da Documentação de Habilitação

13.23.1. Os documentos enviados através da plataforma onde ocorrerá a licitação serão aceitos nos seguintes formatos, sendo de inteira responsabilidade da licitante a devida atenção ao formato no momento do envio:

13.23.1.1. **Formatos: ZIP, 7zip e rar (compactados), .rtf, .doc, .docx (MS Office), .xls e .xlsx. e .PDF (preferencialmente).**

13.23.2. Documentos não exigidos neste instrumento convocatório não serão verificados, bem como não serão utilizados para habilitação ou inabilitação do licitante.

13.23.3. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em tempo destinado ao ato, na plataforma onde ocorre a licitação, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6

(seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 15.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente no endereço eletrônico: supel@jaru.ro.gov.br, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O (a) PREGOEIRO (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min às 11h30min, ou 13h30min às 17:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – RO, localizada na Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 setor 02, ou pelo telefone (69) 9349-4710, para maiores esclarecimentos.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, acessível em <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em [https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se for o caso](https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se%20for%20o%20caso).

18. DO FORO

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA DE JARU/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Jaru – RO, 09 de outubro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE
IVANILDA LUCAS DE ANDRADE
CPF
59971509253

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assimador-digital>



Ivanilda Lucas de Andrade
PREGOEIRO (A)

Elaborado por: Willian Sales Silva
Assessor (a) Executivo (a) de Licitações

**ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual **AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL PARA BEBÊ, KIT DE HIGIENE PESSOAL PARA BEBÊ E KIT DE HIGIENE PESSOAL**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, pertencente a Prefeitura Municipal de Jaru/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE 1						
Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vir. Unit.	Vir. Total
1	004.020.426	KIT PARA FORMAÇÃO DE ENXOVAL PARA BEBÊ Kit para formação de enxoval para bebê, composto por itens de cama, banho e vestuário infantil, destinados ao atendimento de recém-nascidos e bebês, devendo os produtos ser novos, de primeira qualidade, em cores claras, tais como branco, amarelo, creme, bege, verde claro ou similares, com costuras firmes, bom acabamento e materiais adequados ao uso infantil. As medidas indicadas são aproximadas ou superiores, quando aplicável, admitida pequena variação dimensional, desde que não comprometa a finalidade do produto. O kit será composto pelos seguintes itens: Item 01 - Jogo de lençol para berço: 01 jogo contendo 03 peças, sendo 01 lençol de cima medindo aproximadamente 1,55 m x 1,05 m ou superior, 01 lençol de baixo com elástico medindo aproximadamente 1,60 m x 1,05 m ou superior, e 01 fronha para travesseiro medindo aproximadamente 34 cm x 28 cm ou superior. Composição: 100% algodão. Item 02 - Cueiro: 01 cueiro em flanela, tamanho único, composição 100% algodão, medindo aproximadamente 90 cm x 110 cm ou superior. Item 03 - Fralda de pano: 01 caixa contendo 05 unidades de fraldas de tecido, na cor branca, medindo aproximadamente 70 cm x 70 cm cada unidade ou superior. Material: 100% algodão. Item 04 - Mijão: 01 kit contendo 03 a 05 peças de mijão para bebê, confeccionadas em 100% algodão, lisas, sem pé, com cós em elástico, em tamanho compatível com bebê recém-nascido ou tamanho P. Item 05 - Body manga curta: 01 kit contendo de 03 a 05 unidades de body manga curta para bebê, tamanho P, confeccionado em tecido 100% algodão, com fechamento adequado para uso infantil.	300,00	KIT	724,83	217.449,00

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		Item 06 - Body manga longa: 01 kit contendo de 03 a 05 unidades de body manga longa para bebê, tamanho P, confeccionado em tecido 100% algodão, com fechamento adequado para uso infantil. Item 07 - Macacão longo para bebê: 01 kit contendo de 03 a 05 unidades de macacão longo para bebê, tamanho P, liso, com pé reversível, composição mínima aproximada de 70% algodão e 30% poliéster, indicado para bebês com altura aproximada de 54 cm a 60 cm ou superior compatível com o tamanho P. Item 08 - Meias para bebê: 01 kit contendo 05 pares de meias para bebê, tamanho de 0 a 6 meses, confeccionadas em composição aproximada de 75% algodão, 15% poliamida e 10% elastano, ou composição equivalente/superior que assegure conforto, elasticidade e adequação ao uso infantil. Item 09 - Luvas para bebê: 01 kit contendo 05 pares de luvas para bebê, em tecido malha, composição 100% algodão, tamanho único ou RN, indicado para bebês de 0 a 3 meses, com medidas aproximadas compatíveis ao uso infantil. Item 10 - Toalha de banho para bebê: 01 toalha de banho infantil com capuz, medindo aproximadamente 70 cm x 90 cm ou superior, confeccionada em tecido 100% algodão, adequada para uso em recém-nascidos e bebês. Cada kit deverá ser entregue devidamente montado, contendo todos os itens acima relacionados, acondicionados em embalagem plástica transparente, resistente e lacrada, em perfeitas condições de uso, sem rasgos, manchas, falhas de costura, deformidades ou defeitos de fabricação, acompanhado das informações mínimas do produto, composição têxtil, tamanho, cuidados de lavagem e identificação do fabricante, quando aplicável.				
Valor Total: R\$ 217.449,00						

LOTE 2

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	004.020.427	KIT DE HIGIENE PESSOAL PARA BEBÊ Kit de higiene pessoal para bebê, composto por produtos destinados aos cuidados diários de higiene, proteção e bem-estar de recém-nascidos e bebês, devendo todos os itens ser novos, de primeira qualidade, acondicionados em suas embalagens originais de fábrica, quando aplicável, devidamente lacrados, registrados ou	300,00	KIT	503,85	151.155,00

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		notificados na ANVISA, quando exigido pela legislação, e com prazo de validade mínimo conforme especificação de cada item. As quantidades, capacidades e medidas indicadas são aproximadas ou superiores, admitida pequena variação desde que não comprometa a finalidade e a qualidade do produto. O kit será composto pelos seguintes itens: Item 01 - Sabonete líquido para bebê: 01 unidade de sabonete líquido infantil, contendo aproximadamente 500 ml, formulado para higiene diária da pele de bebês e crianças, com glicerina, pH fisiológico, dermatologicamente e oftalmologicamente testado, hipoalergênico, livre de parabenos e substâncias agressivas, com fragrância suave, registrado ou notificado na ANVISA. Item 02 - Fralda descartável infantil tamanho RN: 01 pacote contendo aproximadamente 50 unidades de fraldas descartáveis infantis, tamanho RN, indicada para recém-nascidos com peso de até 5 kg, confeccionada com componentes atóxicos, barreiras antivazamento, cobertura interna em não tecido com aloe vera, sistema de fixação por fitas adesivas e polímero superabsorvente, ou especificação equivalente que assegure qualidade e desempenho. Item 03 - Fralda descartável infantil tamanho P: 01 pacote contendo aproximadamente 100 unidades de fraldas descartáveis infantis, tamanho P, indicada para bebês com peso de até 8 kg, confeccionada com componentes atóxicos, barreiras antivazamento, cobertura interna em não tecido com aloe vera, sistema de fixação por fitas adesivas e polímero superabsorvente, ou especificação equivalente que assegure qualidade e desempenho. Item 04 - Pente para cabelo de bebê: 01 unidade confeccionada em material plástico resistente, com pontas arredondadas, apropriado para uso infantil, proporcionando segurança e conforto durante a higiene do bebê. Item 05 - Hastes flexíveis: 01 caixa contendo aproximadamente 150 unidades de hastes flexíveis, confeccionadas em material resistente, com extremidades macias, destinadas à higiene pessoal. Item 06 - Kit de lenços umedecidos: 01 kit contendo 03 pacotes de lenços umedecidos infantis, com aproximadamente 48 lenços por pacote, dermatologicamente testados, livres de álcool etílico e parabenos, macios e resistentes, indicados para higiene diária da pele do bebê.				

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		Item 07 Álcool Etílico 70%: 01 unidade de álcool etílico 70% (setenta por cento), na forma líquida, acondicionado em frasco contendo aproximadamente 100 ml, devidamente lacrado e em embalagem original do fabricante, destinado à higienização e desinfecção de superfícies, objetos e utensílios utilizados nos cuidados diários do bebê, contribuindo para a redução da proliferação de microrganismos e auxiliando na manutenção de condições adequadas de higiene. O produto deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, quando exigido pela legislação vigente, e apresentar prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses, contado da data da entrega. Item 08 - Nistatina + Óxido de Zinco: 01 tubo de pomada dermatológica contendo nistatina 100.000 UI/g associada a óxido de zinco 200 mg/g, indicada para prevenção e tratamento de dermatites da área de fraldas, com registro válido na ANVISA. Item 09 - Óleo corporal infantil: 01 unidade de óleo corporal infantil à base de óleo de amêndoas ou equivalente, contendo aproximadamente 100 ml, dermatologicamente testado, com fragrância suave, destinado à hidratação e proteção da pele do bebê. Item 10 - Shampoo infantil: 01 unidade de shampoo infantil neutro, contendo aproximadamente 200 ml, indicado para higiene diária dos cabelos e couro cabeludo de bebês, dermatologicamente testado, fórmula suave, registrado ou notificado na ANVISA. Item 11 - Algodão hidrófilo: 01 pacote contendo aproximadamente 500 gramas de algodão hidrófilo em bolas, confeccionado em 100% algodão, macio, absorvente e isento de impurezas. Item 12 - Kit de mamadeiras infantis: 01 kit contendo 03 mamadeiras infantis com capacidades aproximadas de 70 ml, 160 ml e 250 ml, fabricadas em material atóxico, resistente, livre de BPA, contendo tampa protetora, bicos adequados para recém-nascidos e lactentes, sistema eficiente de vedação e predominância da cor branca. Cada kit deverá ser entregue devidamente montado, contendo todos os itens acima relacionados, acondicionados em embalagem plástica transparente, resistente e lacrada, em perfeitas condições de uso, acompanhado das embalagens originais dos produtos, quando aplicável, sem avarias, violação, vazamentos ou defeitos de fabricação, contendo identificação do				

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, modo de uso e demais informações exigidas pela legislação vigente.				
Valor Total: 151.155,00						

LOTE 3						
Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	004.020.428	BANHEIRA INFANTIL CAPACIDADE APROXIMADA DE 20 LITROS Banheira infantil, com capacidade aproximada de 20 (vinte) litros, fabricada em plástico durável e resistente, confeccionada em material atóxico, adequada para uso infantil. Deverá possuir acabamento adequado, sem rebarbas ou arestas cortantes, garantindo segurança durante a utilização. Cor clara, preferencialmente branca, transparente ou tonalidade similar. O produto deverá ser novo, acondicionado em embalagem original do fabricante, isento de sinais de uso ou avarias, e possuir vida útil compatível com sua finalidade, conforme especificações do fabricante, contado a partir da data da entrega.	300,00	UN	44,70	13.410,00
2	004.020.429	BOLSA MATERNIDADE TAMANHO MÉDIO Bolsa maternidade, tamanho médio, medindo aproximadamente 40 cm de comprimento x 30 cm de altura x 15 cm de largura, confeccionada em material sintético impermeável (courino, PVC, PU ou equivalente de qualidade superior), de fácil limpeza e alta resistência, adequada para o transporte de itens de higiene e enxoval do bebê. Deverá possuir forro interno completo, alças de mão reforçadas e alça transversal regulável e removível. A bolsa deverá conter 01 (um) bolso frontal com fechamento em zíper, 02 (dois) bolsos laterais com elástico e, internamente, 01 (um) bolso com tela para organização de acessórios. As costuras deverão ser reforçadas e as ferragens metálicas niqueladas ou material equivalente resistente à corrosão, garantindo durabilidade e segurança no uso diário. Cor clara, preferencialmente bege perolado, ou tonalidade similar. A bolsa deverá ser personalizada com arte institucional a ser fornecida posteriormente pela Contratante. A personalização deverá ser aplicada de forma permanente e resistente ao uso, em local visível do produto, conforme layout, dimensões e especificações que serão encaminhados após a contratação. O produto deverá ser novo, em embalagem original do fabricante, isento de defeitos, avarias	300,00	UN	333,95	100.185,00

LOTE 3						
		ou sinais de uso, e possuir vida útil compatível com sua finalidade, conforme especificações do fabricante, contado a partir da data da entrega. Obs.: Não serão aceitas bolsas confeccionadas predominantemente em tecido, TNT ou materiais similares não impermeáveis.				
3	004.020.430	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO COR BRANCA Garrafa térmica com capacidade nominal de 1 (um) litro, destinada ao acondicionamento e conservação térmica de líquidos quentes ou frios, confeccionada em material plástico resistente, atóxico e de alta durabilidade. Deverá possuir sistema de isolamento térmico com ampola interna ou tecnologia equivalente, tampa rosqueável com vedação eficiente contra vazamentos e sistema de servir por acionamento simples (rosca ou pressão), adequado para uso doméstico e institucional. Cor branca, lisa, sem estampas, desenhos, logomarcas promocionais ou detalhes predominantes em outras cores. Dimensões e formato compatíveis com garrafa térmica convencional de 1 litro. O produto deverá ser novo, acondicionado em embalagem original do fabricante, livre de defeitos, rachaduras, deformações ou quaisquer avarias, garantindo o pleno funcionamento e a conservação térmica adequada de líquidos. Não serão aceitas garrafas decoradas, coloridas, metalizadas, transparentes ou com predominância de cores diferentes da branca. A capacidade mínima deverá ser de 1 litro, admitindo-se variação máxima de 5% nas dimensões do produto, desde que não comprometa sua funcionalidade.	300,00	UN	71,33	21.399,00
Valor Total: 134.994,00						

LOTE 4						
Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vir. Unit.	Vir. Total
1	004.020.431	CARRINHO DE BEBE CARRINHO DE BEBE Carrinho de bebê tipo berço/passeio, destinado ao transporte de crianças desde o nascimento até, no mínimo, 15 kg, confeccionado em materiais resistentes e de boa qualidade, com estrutura segura e dobrável, encosto reclinável, cinto de segurança de 5 pontos, capota retrátil, rodas com sistema de freio, assento acolchoado e tecido removível ou de fácil higienização. O produto deverá possuir certificação do INMETRO, ser novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	300,00	UN	684,95	205.485,00

LOTE 4						
		Serão aceitos modelos equivalentes ou superiores, desde que atendam às características mínimas de segurança, conforto e funcionalidade exigidas.				
Valor Total: 205.485,00						

LOTE 5						
Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	004.020.432	KIT DE HIGIENE PESSOAL Kit de higiene pessoal, com os itens individualmente organizados e acondicionados em saco plástico transparente para proteção e higiene, sendo o conjunto final acondicionado em mochila tipo saco personalizada, confeccionada em tecido 100% poliéster, com alças em nylon, medindo aproximadamente 35 cm x 44 cm, destinada ao transporte do kit, com aplicação de logomarca institucional padrão da unidade, cuja arte será fornecida pela Contratante e encaminhada juntamente com a Ordem de Fornecimento, contendo: Sabonete em barra, com perfume, peso unitário mínimo de 90 g 04 (quatro) unidades; Escova dental, uso adulto, cerdas em náilon macias, da mesma altura, extremidades arredondadas, com 04 (quatro) fileiras de tufo; cabo plástico reto, formato da cabeça retangular com cantos arredondados, comprimento aproximado de 20 cm 01 (uma) unidade; Pasta dental em creme, uso adulto, peso mínimo de 90 g, contendo flúor, devidamente registrada/notificada na ANVISA, acondicionada em embalagem original do fabricante; Papel higiênico, pacote contendo 04 (quatro) rolos, com metragem mínima de 60 metros cada rolo 01 (um) pacote; Desodorante antitranspirante em creme, uso adulto, proporcionando proteção eficaz contra transpiração e odores por até 48 horas, com hidratação por até 24 horas, fórmula dermatologicamente testada, isenta de álcool etílico e corantes, indicado para todos os tipos de pele, com gramatura aproximada de 55 g 01 (uma) unidade; Esponja para banho, dupla face (vegetal e espuma) 01 (uma) unidade; Pente para cabelo, uso adulto, em material plástico, dentes largos médios, medindo aproximadamente 20 cm x 4,5 cm 01 (uma) unidade; Toalha de banho, material 100% algodão, medindo aproximadamente 120 cm de comprimento por 70 cm de largura 01 (uma) unidade; Aparelho de barbear descartável, uso adulto, contendo 3 (três) lâminas, com cabo anatômico; Hastes flexíveis para higiene pessoal,	700,00	KIT	268,22	187.754,00

LOTE 5						
		acondicionadas em embalagem contendo aproximadamente 75 (setenta e cinco) unidades. Quantidade por kit: 01 (uma) embalagem. Os itens deverão apresentar boa qualidade e prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses, contado a partir da data da entrega. Observação: A arte da logomarca será encaminhada à Contratada juntamente com a respectiva Ordem de Fornecimento.				
Valor Total: 187.754,00						

Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas com referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.1. APROVAÇÃO PRÉVIA DA PERSONALIZAÇÃO DOS ITENS

Considerando que a presente contratação contempla produtos com personalização institucional, especialmente a **bolsa maternidade** e a **mochila tipo saco** destinada ao Kit de Higiene Pessoal, a empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, submeter à aprovação da Contratante a arte final da personalização antes do início da produção dos materiais.

Após o recebimento da Ordem de Fornecimento e da arte institucional disponibilizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES, a Contratada deverá elaborar a aplicação da personalização conforme as especificações fornecidas pela Administração, observando rigorosamente a logomarca oficial, cores, dimensões, proporções, posicionamento, acabamento e demais características estabelecidas.

A arte final deverá ser encaminhada para análise e aprovação da Contratante por meio do endereço eletrônico compras_semdes@jaru.ro.gov.br ou, alternativamente, pelo WhatsApp do Setor de Compras da SEMDES, nº (69) 99312-3544.

Sempre que a Administração entender necessário, além da prova digital (layout), poderá ser exigida a apresentação de amostra física do produto personalizado, para verificação da qualidade do material, fidelidade das cores, dimensões da logomarca, acabamento, técnica de impressão ou bordado e demais especificações previstas no Termo de Referência.

A produção dos itens personalizados somente poderá ser iniciada após a manifestação formal de aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES. Caso a arte ou a amostra apresentada não esteja em conformidade com as especificações técnicas ou com o padrão de identidade visual do Município, a Contratada deverá realizar todas as correções necessárias e reapresentá-las para nova análise, sem qualquer ônus para a Administração.

O objetivo desse procedimento é assegurar que os produtos personalizados sejam confeccionados em conformidade com o padrão institucional do Município de Jaru, evitando erros na aplicação da identidade visual, divergências de layout, acabamento inadequado, desperdício de materiais, retrabalho, atrasos na execução contratual e prejuízos ao interesse público.

A eventual produção dos materiais sem a prévia aprovação da arte ou da amostra ocorrerá por exclusiva responsabilidade da Contratada, que ficará obrigada a substituir, às suas expensas, todos os produtos confeccionados em desacordo com as especificações aprovadas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e contratuais cabíveis.

1.2. DA JUSTIFICATIVA POR LOTES

A presente contratação visa atender às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEMDES, mediante a concessão do Benefício Eventual Auxílio Natalidade, previsto na Lei Municipal nº 2.290/GP/2018 e na legislação que rege a Política Nacional de Assistência Social.

O benefício tem por finalidade assegurar condições mínimas de dignidade, proteção social e cuidado ao recém-nascido, por meio do fornecimento de Kit Natalidade contendo itens essenciais para os primeiros meses de vida da criança.

Embora os itens tenham sido organizados em lotes distintos para fins de especificação técnica, pesquisa de preços, gestão contratual e controle administrativo, todos os Lotes 01, 02, 03 e 04 integram um único conjunto de bens destinado à formação do Kit Natalidade entregue às famílias beneficiárias.

LOTE 01 - ITENS DE ENXOVAL: O lote contempla vestuário, roupas de cama, acessórios e demais itens indispensáveis à composição do enxoval básico do recém-nascido. Os produtos destinam-se a proporcionar conforto, proteção térmica, higiene e bem-estar ao bebê nos primeiros meses de vida, constituindo parte essencial do Kit Natalidade.

LOTE 02 - ITENS DE HIGIENE DO BEBÊ: O lote reúne produtos destinados aos cuidados diários de higiene, saúde e proteção da criança, incluindo itens utilizados na prevenção de assaduras, infecções e demais agravos comuns na primeira infância. Sua aquisição é indispensável para assegurar condições adequadas de higiene e desenvolvimento saudável do recém-nascido.

LOTE 03 - ITENS COMPLEMENTARES DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL: Este lote é composto por bens duráveis destinados ao suporte das atividades diárias de cuidado com o bebê, incluindo banheira infantil, bolsa maternidade e garrafa térmica. Tais itens contribuem para a segurança, organização e praticidade no atendimento às necessidades da criança e de sua família.

LOTE 04 - CARRINHO DE BEBÊ: O carrinho de bebê constitui item essencial para garantir mobilidade, segurança e conforto durante o transporte da criança, possibilitando o deslocamento para consultas médicas, vacinação, acompanhamento socioassistencial e demais atividades indispensáveis ao desenvolvimento infantil.

Por possuir características técnicas próprias, requisitos específicos de segurança e garantia, o item foi segregado em lote individualizado, permitindo maior controle da qualidade do produto fornecido.

JUSTIFICATIVA DA DIVISÃO EM LOTES: A divisão do objeto em lotes foi realizada considerando a natureza dos produtos, suas características técnicas e a necessidade de facilitar a gestão contratual, sem descaracterizar a unidade do objeto principal.

Os Lotes 01, 02, 03 e 04 possuem destinação comum e complementar, compondo conjuntamente o Kit Natalidade distribuído pela SEMDES. A separação em lotes permite maior organização da contratação, facilita a pesquisa de preços, amplia a competitividade entre fornecedores especializados em cada segmento e possibilita melhor fiscalização da execução contratual.

Não obstante a divisão administrativa, os lotes mantêm relação de complementaridade e convergem para a mesma finalidade pública, qual seja, garantir proteção social às gestantes e aos recém-nascidos em situação de vulnerabilidade social, promovendo dignidade, inclusão social e fortalecimento dos vínculos familiares.

LOTE 05 KIT DE HIGIENE PESSOAL: O Lote 05 possui finalidade distinta dos demais, destinando-se ao atendimento de pessoas em situação de rua e indivíduos em extrema vulnerabilidade social acompanhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS.

Os kits são utilizados em abordagens sociais, atendimentos emergenciais, ações de proteção social e fortalecimento de vínculos, fornecendo itens básicos de higiene pessoal indispensáveis à promoção da dignidade humana e ao atendimento imediato das necessidades dos usuários.

Em razão da possibilidade de adjudicação dos lotes a fornecedores distintos, cada fornecedor será responsável pela organização e acondicionamento dos itens correspondentes exclusivamente ao lote do qual for vencedor, formando o respectivo conjunto de produtos daquele lote. Após o recebimento dos materiais, caberá à Contratante realizar a conferência, reunir os conjuntos fornecidos pelos vencedores dos Lotes 01, 02, 03 e 04 e proceder à montagem final do Kit Natalidade para distribuição aos beneficiários.

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

A estimativa de custo com a aquisição do presente objeto é de **R\$ 896.837,00 (oitocentos e noventa e seis mil e oitocentos e trinta e sete reais)**, conforme se extrai da pesquisa de mercado realizada através do Banco de Preços.

2.1. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de Registro de Preços, a pretendida aquisição visa atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, pelo período de 12 (doze) meses.

No entanto, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 84, preconiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A presente aquisição fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade das ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES, destinadas à proteção de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social. A Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social reconhece os benefícios eventuais como provisões suplementares e provisórias prestadas aos cidadãos e às famílias em razão de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária ou calamidade pública, cabendo ao Município organizar sua concessão conforme os critérios estabelecidos pela legislação local e pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

A aquisição dos Kits Natalidade mostra-se necessária para viabilizar a concessão do Benefício Eventual Auxílio Natalidade às gestantes e famílias de baixa renda acompanhadas pela rede socioassistencial do Município de Jaru/RO. Os kits serão compostos por itens essenciais de enxoval, higiene infantil, cuidado e proteção do recém-nascido, proporcionando suporte material às famílias durante o período de nascimento da criança, no qual há aumento significativo das necessidades domésticas. A medida contribui para a proteção à maternidade, à infância e à família, finalidades expressamente compreendidas nas ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Do mesmo modo, a aquisição dos Kits de Higiene Pessoal é necessária para atender pessoas em situação de rua e indivíduos em extrema vulnerabilidade social acompanhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, especialmente em abordagens sociais, atendimentos emergenciais e ações de acolhimento. A disponibilidade desses materiais assegura condições básicas de higiene, saúde, autocuidado e dignidade aos usuários, evitando a interrupção ou insuficiência dos atendimentos prestados pela SEMDES. Dessa forma, a contratação revela-se indispensável para manter a continuidade, a eficiência e a efetividade da política municipal de assistência social, prevenindo situações de desassistência e fortalecendo a rede de proteção social do Município.

3.1. ÓRGÃO PARTICIPANTE

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES

3.2. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

A estimativa do quantitativo para a futura e eventual aquisição de Kits de Enxoval para Bebê e Kits de Higiene Pessoal para Bebê foi definida com base em levantamento histórico de atendimentos realizados pela rede socioassistencial do Município de Jaru/RO, bem como na necessidade de planejamento preventivo para atendimento às gestantes de baixa renda, no âmbito da concessão dos Benefícios Eventuais Auxílio Natalidade.

Quanto aos quantitativos estimados para os itens que compõem o Kit Natalidade, esclarece-se que foi adotado como parâmetro histórico a última aquisição identificada pela Administração, correspondente a 166 (cento e sessenta e seis) kits, realizada no exercício de 2020, conforme documentação indicada no Termo de Referência.

Considerando o período transcorrido e a necessidade de atualização da referência histórica, adotou-se, para fins de planejamento, percentual médio de crescimento de 15% (quinze por cento) ao ano, aplicado de forma sucessiva sobre o quantitativo histórico, conforme demonstrado:

- Quantitativo histórico: 166 kits;
- 1ª atualização: $166 \times 1,15 = 190,90$ kits;
- 2ª atualização: $190,90 \times 1,15 = 219,54$ kits;
- 3ª atualização: $219,54 \times 1,15 = 252,47$ kits.

Dessa forma, a aplicação do percentual resulta em uma projeção de aproximadamente 253 (duzentos e cinquenta e três) kits, utilizada como referência mínima de planejamento.

Esclarece-se, portanto, que o quantitativo final de 300 (trezentos) kits não decorre exclusivamente da aplicação matemática do percentual de 15%, tendo sido acrescida à projeção uma margem de segurança de 47 (quarenta e sete) kits, correspondente a aproximadamente 18,6% sobre a projeção obtida, considerando a natureza variável da demanda socioassistencial.

Tal margem objetiva possibilitar o atendimento de eventual crescimento da procura durante a vigência da Ata, considerando que a concessão do benefício está sujeita a fatores sociais, econômicos e demográficos que não podem ser previamente mensurados com exatidão, conforme já reconhecido no próprio Termo de Referência.

Ressalta-se, ainda, que os Lotes 01, 02, 03 e 04 são complementares entre si, uma vez que seus respectivos itens compõem conjuntamente o Kit Natalidade a ser entregue ao beneficiário, razão pela qual foi mantido o quantitativo correspondente de 300 unidades para os componentes necessários à formação dos kits.

Por fim, os 300 kits representam quantitativo máximo estimado para fins de Registro de Preços, e não obrigação de aquisição integral, permanecendo as aquisições condicionadas à demanda efetivamente verificada durante a vigência da Ata.

DA ESTIMATIVA DE 700 KITS DE HIGIENE PESSOAL – CREAS

Em relação à estimativa de 700 (setecentos) Kits de Higiene Pessoal, destinados ao atendimento dos usuários acompanhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, esclarece-se inicialmente que a definição do quantitativo não comporta uma previsão exata de consumo, tendo em vista a própria natureza do benefício ofertado.

A concessão ocorre conforme as situações de vulnerabilidade identificadas durante os atendimentos socioassistenciais realizados pelo CREAS, de modo que a demanda pode sofrer variações durante o período, não sendo possível à Administração determinar antecipadamente o número exato de beneficiários que necessitarão do atendimento.

Como parâmetro objetivo e recente de planejamento, foi considerada a aquisição realizada por meio do Processo Administrativo nº 2520/2026, no qual foram adquiridos 300 (trezentos) Kits de Higiene Pessoal no mês de março de 2026.

A referida quantidade vem sendo utilizada no atendimento da demanda apresentada durante o exercício de 2026 e, diante do consumo até então observado, apresenta perspectiva de atendimento das necessidades aproximadamente até o encerramento do presente exercício.

Considerando, portanto, a utilização estimada de 300 kits durante o período compreendido entre março e dezembro de 2026, correspondente a aproximadamente 10 (dez) meses, obtém-se, para fins exclusivamente de planejamento, uma referência média aproximada de 30 (trinta) kits mensais.

Projetada essa referência para um período integral de 12 (doze) meses, chega-se a uma demanda ordinária estimada de aproximadamente 360 (trezentos e sessenta) kits por ano.

Entretanto, considerando a natureza do benefício e a impossibilidade de assegurar que a demanda futura permanecerá nos mesmos patamares atualmente observados, não se mostra adequado restringir o quantitativo registrado exclusivamente à projeção ordinária de consumo.

O próprio Termo de Referência reconhece que a demanda dos Kits de Higiene Pessoal está relacionada aos atendimentos realizados pelo CREAS, especialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade, considerando a necessidade de atendimento imediato, as ações desenvolvidas pela unidade e a necessidade de disponibilidade do benefício diante das demandas apresentadas.

Nesse sentido, o quantitativo de 700 (setecentos) kits foi estabelecido como limite máximo estimado para o Registro de Preços, e não como previsão de consumo obrigatório durante a vigência da Ata.

A diferença entre a projeção ordinária de 360 kits e o quantitativo máximo de 700 kits constitui margem de segurança para absorção de eventual aumento da demanda socioassistencial, possibilitando à Administração dispor de saldo registrado suficiente caso haja crescimento no número de usuários que necessitem do benefício durante a vigência da Ata.

Tal cautela mostra-se pertinente diante da impossibilidade de prever antecipadamente situações de vulnerabilidade social que possam elevar a procura pelo benefício, evitando que eventual crescimento da demanda resulte em insuficiência do quantitativo registrado e consequente risco de descontinuidade do atendimento.

Ressalta-se, contudo, que a existência dessa margem não significa que a Administração adquirirá necessariamente as 700 unidades. Conforme esclarecido no tópico anterior, os empenhos e as Ordens de Fornecimento serão emitidos parceladamente, de acordo com a demanda efetivamente identificada, permanecendo eventual saldo não utilizado apenas registrado na Ata.

Dessa forma, a estimativa adotada busca conciliar o histórico recente de consumo, utilizado como referência objetiva, com a necessidade de manutenção de uma margem de segurança compatível com a natureza variável e imprevisível da demanda socioassistencial, sem gerar obrigação de aquisição integral do quantitativo registrado.

3.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
2. possuem especificações usuais de mercado; e
3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como sendo bens comuns.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de Kits Natalidade e Kits de Higiene Pessoal, compostos por itens novos, de primeiro uso, seguros, duráveis e adequados às necessidades dos beneficiários da Política Municipal de Assistência Social, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento da demanda, seleção de produtos com especificações de qualidade e contratação dos fornecedores até o fornecimento, transporte, recebimento, inspeção, armazenamento, montagem e distribuição aos usuários. As aquisições serão realizadas conforme a demanda efetiva da SEMDES, evitando estoques excessivos, perdas por vencimento, deterioração ou obsolescência, devendo os produtos ser entregues em embalagens íntegras, com identificação, prazo de validade adequado, quando aplicável, e em conformidade com as normas sanitárias e técnicas pertinentes. Durante a utilização, os kits deverão proporcionar condições adequadas de cuidado, higiene, proteção, saúde e dignidade aos recém-nascidos, gestantes, famílias vulneráveis e pessoas em situação de rua, cabendo à Administração acompanhar a qualidade dos materiais, controlar o estoque e registrar a distribuição aos beneficiários. Ao final da vida útil, as embalagens e eventuais resíduos deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando-se as práticas de redução de desperdícios, reutilização ou reciclagem, quando possível, de modo a assegurar eficiência, economicidade, sustentabilidade e efetividade na execução da política pública socioassistencial.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, adequados à finalidade prevista e integralmente compatíveis com as especificações, quantidades, composições, dimensões e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Os produtos deverão ser entregues sem avarias, manchas, rasgos, deformações, falhas de costura, vazamentos, violação de embalagem, defeitos de fabricação ou quaisquer condições que comprometam sua qualidade, segurança ou utilização.

Os produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão possuir registro, notificação, cadastro ou regularização perante a ANVISA, quando exigidos pela legislação.

Os produtos sujeitos à certificação compulsória deverão possuir certificação válida e o respectivo Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro.

Os produtos com prazo de validade deverão apresentar, na data da entrega, período remanescente compatível com o prazo de armazenamento e consumo previsto pela SEMDES, conforme percentual ou prazo mínimo definido nas respectivas especificações.

As embalagens deverão estar íntegras e conter as informações obrigatórias, incluindo fabricante, composição, lote, data de fabricação, validade, instruções de uso e cuidados de conservação, quando aplicáveis.

Os produtos entregues em desconformidade deverão ser substituídos pela Contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.2. EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

Poderão participar da licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes no Edital e seus Anexos e estiverem habilitados para participação da mesma, desde que: desempenhe atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Pregão; atenda aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos do Edital.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos no edital e anexos poderá acarretar desclassificação da empresa.

5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelino Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.2. PRAZO DE EXECUÇÃO

A entrega dos itens deverá ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do envio da respectiva Ordem de Fornecimento, independentemente de a empresa contratada estar sediada no Município de Jaru/RO, em outros municípios do Estado de Rondônia ou em qualquer outra unidade da Federação.

6.3. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, competindo-lhe acompanhar e verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta aceita, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e nas respectivas Ordens de Fornecimento.

No ato da entrega e durante o recebimento, a fiscalização deverá conferir as quantidades, especificações, composição dos kits, dimensões, materiais, integridade das embalagens, identificação dos fabricantes, lotes, prazos de validade, registros sanitários, certificações e demais requisitos aplicáveis aos produtos fornecidos.

Nos itens personalizados, deverá ser verificada a conformidade com a arte previamente aprovada pela Contratante, especialmente quanto às cores, dimensões, posicionamento, acabamento, legibilidade e resistência da aplicação.

Os produtos entregues em desacordo com as especificações, incompletos, vencidos, avariados, violados, defeituosos ou sem a documentação exigida poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a Contratada providenciar sua substituição ou correção no prazo estabelecido, sem qualquer ônus adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções cabíveis.

A fiscalização deverá registrar as ocorrências verificadas e comunicar ao gestor da contratação as situações que demandem providências administrativas. O acompanhamento realizado pela Administração não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, regularidade e conformidade dos produtos fornecidos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

7.1.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

7.1.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.1.1 deste termo.

7.1.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

7.1.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

Os produtos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável pelo Almoxarifado ou servidor designado, juntamente com a nota fiscal e a Ordem de Fornecimento.

O recebimento provisório destina-se à conferência inicial de volumes, quantidades aparentes, integridade das embalagens e correspondência básica com os documentos apresentados, não representando aceitação definitiva.

Os produtos serão submetidos à verificação de qualidade, quantidade, composição, dimensões, validade, regularidade sanitária, certificações, personalização e demais requisitos.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante manifestação do responsável ou termo de recebimento.

Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:
a) estiverem em desacordo com as especificações;

- b) forem entregues em quantidade inferior à solicitada;
- c) apresentarem defeitos, avarias, vazamentos, violações ou sinais de uso;
- d) estiverem vencidos ou com validade inferior à exigida;
- e) não apresentarem registro, certificação ou identificação obrigatória;
- f) apresentarem personalização diferente da aprovada;
- g) estiverem incompletos.

A Contratada deverá substituir os produtos rejeitados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da notificação, sem custo adicional.

O recebimento definitivo dos produtos substituídos somente ocorrerá após nova conferência e aceitação.

O prazo de recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando forem necessárias diligências, consultas a órgãos reguladores, testes ou verificações complementares.

Havendo controvérsia quanto a parte da entrega, poderá ser reconhecida e processada a parcela incontroversa, desde que seja possível individualizá-la sem prejuízo da Administração.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos de fabricação, irregularidades, falta de segurança, desconformidades ou obrigações de garantia identificadas posteriormente.

8.2. LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, e a forma de adjudicação será **POR LOTE**.

9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES

Nos itens em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente igual ou superior a 1

LG= Liquidez Geral igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral igual ou superior a 1

Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Considerando as características do objeto, consistente no fornecimento de bens comuns, padronizados e de baixa complexidade técnica e operacional, bem como a inexistência de parcela de maior relevância técnica ou valor significativo cuja execução demande a comprovação de experiência anterior, não será exigida, para fins de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica ou de documentação relativa à qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional. A dispensa da exigência busca evitar a imposição de condição desnecessária, desproporcional ou impertinente ao objeto, preservando a razoabilidade, a proporcionalidade, a isonomia e a competitividade do certame, em conformidade com os arts. 9º, inciso I, e 67 da Lei nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DEVERES DA CONTRATANTE

- 11.1. Emitir as Ordens de Fornecimento com as informações necessárias à execução.
- 11.2. Disponibilizar tempestivamente os arquivos, artes e orientações necessárias à personalização.
- 11.3. Analisar as provas digitais e as amostras nos prazos estabelecidos.
- 11.4. Disponibilizar local e condições adequadas para o recebimento dos produtos.
- 11.5. Receber provisória e definitivamente os produtos, observados os critérios estabelecidos.
- 11.6. Conferir as quantidades, especificações, embalagens, validade, certificações, registros e personalizações.
- 11.7. Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos entregues em desacordo.
- 11.8. Comunicar formalmente à Contratada as irregularidades, fixando prazo para correção ou substituição.
- 11.9. Designar gestor, fiscal e responsáveis pelo recebimento.
- 11.10. Acompanhar e fiscalizar a execução, registrando as ocorrências.
- 11.11. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários.
- 11.12. Efetuar o pagamento das quantidades efetivamente entregues e definitivamente aceitas, nos prazos e condições estabelecidos.
- 11.13. Aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.14. Controlar os saldos da Ata, os estoques e a distribuição dos produtos aos beneficiários.
- 11.15. Planejar de forma coordenada as solicitações dos componentes do Kit Natalidade.
- 11.16. Adotar as providências administrativas necessárias diante de atraso, inexecução, defeito ou irregularidade.

12. DEVERES DA CONTRATADA

- 12.1. Fornecer os produtos nas quantidades, especificações, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no edital, na proposta, na Ata, no contrato e nas Ordens de Fornecimento.
- 12.2. Entregar produtos novos, de primeiro uso, seguros, adequados à finalidade e livres de avarias, defeitos, violações, vazamentos ou sinais de utilização.
- 12.3. Assegurar que cada kit contenha integralmente todos os produtos e quantidades previstos.
- 12.4. Entregar os produtos em embalagens adequadas, íntegras, limpas, identificadas e compatíveis com transporte e armazenamento.
- 12.5. Manter os produtos sujeitos à vigilância sanitária devidamente regularizados perante a ANVISA, quando exigido.

- 12.6.** Manter os produtos sujeitos à certificação compulsória devidamente registrados e certificados pelo Inmetro.
- 12.7.** Elaborar e apresentar a prova digital da personalização no prazo estabelecido.
- 12.9.** Produzir os itens personalizados somente após aprovação formal.
- 12.10.** Executar a personalização em conformidade com a arte, dimensões, posição, cores, técnica e acabamento aprovados.
- 12.11.** Utilizar a identidade visual do Município exclusivamente para a execução da contratação.
- 12.12.** Arcar com transporte, frete, seguro, carga, descarga, embalagem, tributos e demais despesas necessárias.
- 12.13.** Substituir, às suas expensas, os produtos rejeitados, incompletos, vencidos, avariados, defeituosos ou irregulares.
- 12.14.** Cumprir as obrigações de garantia, reparo ou substituição.
- 12.15.** Manter representante formal, telefone e endereço eletrônico atualizados.
- 12.16.** Comunicar imediatamente qualquer circunstância que possa comprometer o prazo ou a qualidade do fornecimento.
- 12.17.** Solicitar eventual prorrogação antes do encerramento do prazo, apresentando justificativa e comprovação.
- 12.18.** Prestar esclarecimentos e atender às notificações do gestor e do fiscal.
- 12.19.** Manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata e das contratações.
- 12.20.** Responsabilizar-se por danos causados à Administração, aos beneficiários ou a terceiros em razão de defeito, inadequação, irregularidade ou insegurança dos produtos.
- 12.21.** Responsabilizar-se pela autenticidade das informações e dos documentos apresentados.
- 12.22.** Não transferir a terceiros a responsabilidade pela execução, ainda que adquira produtos de fabricantes ou distribuidores distintos.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:
- 13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será utilizado o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes, conforme estatui o **art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 14.926/2023**.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

17.1. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA

Nas especificações deste Termo de Referência, foram extraídos os preços através de pesquisa realizada através do Banco de Preços.

19. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CONTRATAÇÃO ESTÁ ALINHADA?

A contratação dos materiais está alinhada com Gestão Transparente e Eficiente: Garantir uma gestão baseada em valores éticos, com planejamento e políticas integradas e articuladas, métodos e instrumentos eficazes e foco em resultados, assegurando uma efetiva participação da sociedade na construção, execução, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de governo.

20. DAS SOLUÇÕES ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Com base no Mapa de Riscos elaborado para o processo, a Administração promoveu o tratamento preventivo dos eventos capazes de comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor e a execução contratual, incorporando ao Termo de Referência e aos demais documentos da fase interna medidas de mitigação, controle, acompanhamento e resposta compatíveis com a natureza e as características do objeto.

Na fase de planejamento, os riscos relacionados à elaboração de especificações técnicas inadequadas ou restritivas foram tratados mediante a definição de requisitos mínimos, objetivos e vinculados à finalidade dos produtos, com admissão de soluções tecnicamente equivalentes quando cabível. Os quantitativos foram fundamentados no histórico de atendimentos e na demanda estimada para o período, enquanto a formação do valor estimado foi baseada em pesquisa realizada no Banco de Preços. O enquadramento jurídico foi estruturado mediante Sistema de Registro de Preços, com seleção por pregão eletrônico, julgamento pelo menor preço e adjudicação por lote, em consonância com as características da contratação.

Na seleção do fornecedor, foram contempladas medidas destinadas a preservar a competitividade e a impedir a contratação de empresa sem capacidade para cumprir integralmente o fornecimento. O processo prevê a análise da habilitação e da regularidade documental, da exequibilidade da proposta, da compatibilidade entre preço, prazo e escopo, bem como a verificação técnica dos materiais ofertados por meio dos documentos, registros, certificações, catálogos e demais elementos aplicáveis, admitindo-se diligências ou apresentação de amostras quando necessárias ao esclarecimento ou à confirmação das características declaradas.

Na execução contratual, o tratamento dos riscos abrange o acompanhamento dos prazos e quantitativos de cada entrega, a conferência da composição dos kits e das condições de validade, regularização, embalagem e personalização dos produtos, além do controle da montagem e da disponibilização dos conjuntos completos aos beneficiários. Foram previstas inspeção no recebimento, contagem e conferência dos materiais, registro das ocorrências, rejeição dos produtos irregulares ou incompatíveis e correção ou substituição dos itens recusados sem qualquer ônus para a Administração.

O Termo de Referência contempla especificações mínimas, critérios objetivos de aceitação, fiscalização da execução, recebimentos provisório e definitivo, possibilidade de recusa total ou parcial e prazo para substituição dos materiais desconformes. O pagamento permanece condicionado à efetiva entrega, ao recebimento definitivo e à certificação da nota fiscal pela unidade responsável, assegurando que a contraprestação financeira somente ocorra após a comprovação do adequado adimplemento da obrigação.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de Jaru/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaru/RO, 11 de setembro de 2026.

LEIDIANE ALVES DA SILVA LIMA
Secretária Municipal De Desenvolvimento Social

Elaborado por:
WALACE DEIVID ALVES ARCELINO
ASSESSOR DE EXPEDIENTE DE COMPRAS

**APÊNDICE DO ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
Estudo Técnico Preliminar 225/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 6-10708/2026

2. Descrição da necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade das ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social — SEMDES, mediante a disponibilização de bens destinados ao atendimento de gestantes, recém-nascidos, famílias de baixa renda, pessoas em situação de rua e demais indivíduos em condição de vulnerabilidade ou risco social no Município de Jaru/RO.

Quanto ao atendimento materno-infantil, verifica-se a necessidade de fornecimento de itens essenciais para a composição do Kit Natalidade, compreendendo enxoval, produtos de higiene infantil, banheira, bolsa maternidade, garrafa térmica e carrinho de bebê. Esses materiais destinam-se às famílias beneficiárias do Auxílio Natalidade e buscam proporcionar condições mínimas de cuidado, higiene, conforto, mobilidade, segurança e proteção ao recém-nascido durante os primeiros meses de vida.

A concessão desses itens mostra-se necessária diante da situação de vulnerabilidade econômica enfrentada pelo público atendido, que pode não dispor de recursos suficientes para adquirir os produtos indispensáveis aos cuidados iniciais da criança. A ausência desse suporte poderá comprometer a proteção da primeira infância, a saúde, o bem-estar do bebê e a própria efetividade do benefício socioassistencial concedido pelo Município.

Também se identifica a necessidade de disponibilização de kits de higiene pessoal às pessoas em situação de rua e aos usuários em extrema vulnerabilidade social acompanhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS. Esses kits são utilizados em abordagens sociais, atendimentos emergenciais e ações de proteção, possibilitando acesso imediato a itens básicos de higiene, saúde e autocuidado.

A demanda apresenta caráter variável e contínuo, pois depende do número de gestantes e famílias que atendam aos critérios para concessão do Auxílio Natalidade, bem como da quantidade de pessoas atendidas nas ações realizadas pelo CREAS. Por essa razão, o Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado para permitir aquisições parceladas durante o período de 12 meses, conforme a necessidade efetivamente verificada, evitando desassistência e formação excessiva de estoque.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para garantir atendimento tempestivo e digno aos usuários da Política Municipal de Assistência Social, fortalecer a proteção à primeira infância, apoiar famílias em situação de vulnerabilidade e assegurar condições básicas de higiene e cuidado às pessoas atendidas pela rede socioassistencial.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES	LEIDIANE ALVES DA SILVA LIMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá ocorrer mediante Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição dos materiais conforme a demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social — SEMDES, durante o período de 12 meses, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados.

Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade, adequados ao público ao qual se destinam, livres de defeitos, avarias, manchas, rasgos, deformações, vazamentos, falhas de costura ou quaisquer condições que comprometam sua segurança, higiene, durabilidade ou utilização.

Os itens têxteis que compõem o kit de enxoval deverão possuir composição, dimensões, tamanhos, cores, acabamento e quantidades compatíveis com as especificações estabelecidas, apresentando costuras firmes, tecidos adequados ao uso infantil e identificação da composição têxtil, do fabricante e dos cuidados de conservação, quando aplicável.

Os produtos de higiene pessoal e infantil deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, com identificação do fabricante, lote, data de fabricação, modo de uso e prazo de validade. Deverão possuir registro ou notificação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, quando exigido pela legislação.

Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão possuir, na data da entrega, validade remanescente mínima de seis meses ou prazo superior definido na especificação do respectivo item.

As fraldas, mamadeiras, cosméticos, produtos dermatológicos e demais materiais destinados aos recém-nascidos e bebês deverão ser confeccionados com materiais atóxicos e adequados ao uso infantil, observando-se os requisitos sanitários, de segurança e de desempenho aplicáveis.

A banheira infantil, a bolsa maternidade e a garrafa térmica deverão apresentar resistência, durabilidade, acabamento seguro e características funcionais compatíveis com sua finalidade, não sendo admitidos produtos com rebarbas, arestas cortantes, rachaduras, falhas de vedação ou materiais inadequados ao uso previsto.

O carrinho de bebê deverá possuir estrutura dobrável e segura, encosto reclinável, cinto de segurança de cinco pontos, capota retrátil, sistema de freio, assento acolchoado e capacidade mínima para crianças de até 15 kg. O produto deverá possuir certificação válida do Inmetro, manual de instruções e garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

Os Kits dos Lotes 01 e 02 deverão ser entregues completos e devidamente montados, contendo todos os componentes previstos no respectivo lote, acondicionados em embalagem plástica transparente, resistente, lacrada e individualizada, de modo a preservar sua integridade e facilitar a conferência.

O Kit de Higiene Pessoal do Lote 05 deverá ser entregue completo, com os produtos individualmente organizados e protegidos em saco plástico transparente, sendo o conjunto final acondicionado em mochila tipo saco personalizada, confeccionada conforme as especificações estabelecidas.

Os itens que exigirem personalização deverão receber a arte institucional fornecida pela Administração, observando-se o layout, as dimensões, as cores, a posição e o método de aplicação definidos na Ordem de Fornecimento. A personalização deverá apresentar acabamento uniforme e resistência ao uso e à higienização.

A contratada deverá fornecer somente os produtos pertencentes ao lote do qual for vencedora, responsabilizando-se pela montagem, organização, conferência, acondicionamento e integridade do respectivo conjunto. A montagem final do Kit Natalidade com os produtos dos Lotes 01, 02, 03 e 04 ficará sob responsabilidade da Administração.

As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, conforme as Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Jaru, no prazo máximo de 20 dias corridos, contado do recebimento da respectiva ordem ou instrumento equivalente.

Todos os custos relacionados à montagem dos kits, personalização, embalagem, transporte, carga, descarga, seguros, tributos e demais encargos necessários ao fornecimento deverão estar incluídos nos preços registrados.

A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração e no prazo estabelecido no Termo de Referência, os produtos incompletos, vencidos, danificados, violados, defeituosos ou entregues em desconformidade com as especificações.

O recebimento definitivo ficará condicionado à conferência dos quantitativos, da composição dos kits, das características técnicas, da integridade das embalagens, dos prazos de validade, das certificações, da personalização e das demais condições estabelecidas para cada lote.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade identificada, verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas na comercialização de artigos de enxoval infantil, produtos de higiene pessoal e infantil, bolsas, banheiras, garrafas térmicas, carrinhos de bebê e na montagem de kits destinados a programas socioassistenciais. A pesquisa de preços constante

dos autos também identificou contratações públicas semelhantes, demonstrando a existência de fornecedores e a viabilidade de competição para os diferentes grupos de produtos.

A primeira alternativa avaliada consiste na concessão de benefício financeiro diretamente às famílias e aos usuários, para que realizem a aquisição dos produtos. Embora essa solução reduza as atividades de armazenamento e montagem pela Administração, apresenta menor controle sobre a efetiva aquisição dos itens necessários, a qualidade dos produtos e sua destinação, além de poder sujeitar os beneficiários a preços de varejo mais elevados.

A segunda alternativa consiste na aquisição de todos os componentes do Kit Natalidade em um único lote, atribuída a um único fornecedor. Essa solução facilitaria a entrega do conjunto completo, porém poderia restringir a competitividade, considerando que o objeto reúne produtos pertencentes a segmentos comerciais distintos, como vestuário, higiene infantil, utensílios e equipamentos de transporte.

A terceira alternativa consiste na aquisição individualizada de cada produto. Embora possibilite maior competição e obtenção do menor preço por item, essa solução aumentaria significativamente o número de fornecedores, atas, ordens de fornecimento, entregas e procedimentos de conferência, além de ampliar o risco de recebimento dos componentes em momentos diferentes e dificultar a montagem tempestiva dos kits.

A quarta alternativa consiste na divisão da contratação em lotes conforme a natureza, a finalidade e o segmento de mercado dos produtos, compreendendo itens de enxoval, higiene infantil, materiais complementares para cuidados com o bebê, carrinho de bebê e kit de higiene pessoal destinado aos usuários atendidos pelo CREAS. Nesse modelo, cada fornecedor responsabiliza-se pela entrega completa e organizada do respectivo lote, cabendo à Administração reunir os componentes dos Lotes 01 a 04 para a formação final do Kit Natalidade.

Também foi avaliada a realização de aquisição única e imediata de todos os quantitativos. Contudo, essa alternativa poderia gerar estoque excessivo, ocupar maior espaço de armazenamento e aumentar o risco de vencimento, deterioração ou perda de produtos, especialmente aqueles sujeitos a prazo de validade.

Diante da variação das demandas socioassistenciais ao longo do exercício, mostra-se mais adequada a utilização do Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade efetivamente verificada, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

Assim, a solução mais vantajosa consiste na futura e eventual aquisição dos produtos mediante Sistema de Registro de Preços, com organização por lotes compatíveis com os segmentos de mercado, entregas parceladas, montagem dos kits dos Lotes 01, 02 e 05 pelos respectivos fornecedores e montagem final do Kit Natalidade pela Administração. Essa alternativa proporciona equilíbrio entre competitividade, eficiência administrativa, controle de qualidade, redução de estoques e continuidade do atendimento aos beneficiários.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na futura e eventual aquisição, por meio do Sistema de Registro de Preços, de kits e materiais destinados ao atendimento das ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social — SEMDES, durante o período de 12 meses. A contratação abrangerá itens de enxoval para bebê, produtos de higiene pessoal infantil, materiais complementares de apoio aos cuidados com o recém-nascido, carrinhos de bebê e kits de higiene pessoal destinados às pessoas em situação de rua e demais usuários em extrema vulnerabilidade social acompanhados pelo CREAS.

Os produtos destinados à formação do Kit Natalidade compreenderão itens de cama, banho e vestuário infantil, produtos de higiene e proteção do bebê, banheira infantil, bolsa maternidade personalizada, garrafa térmica e carrinho de bebê. Esses materiais serão fornecidos conforme as especificações de qualidade, segurança, resistência, composição, capacidade, validade, certificação e garantia estabelecidas para cada item.

Os kits de enxoval e de higiene pessoal para bebê deverão ser entregues completos, montados, organizados e acondicionados em embalagem plástica transparente, resistente e lacrada. Cada fornecedor será responsável exclusivamente pela montagem, conferência, acondicionamento e integridade dos produtos pertencentes ao lote do qual for vencedor. Os itens complementares e os carrinhos de bebê deverão ser entregues em suas embalagens próprias, em perfeitas condições de uso e acompanhados das informações, certificações e garantias exigidas.

Após o recebimento e a conferência dos produtos, caberá à Administração reunir os conjuntos fornecidos para a formação final do Kit Natalidade, que será destinado às gestantes e famílias beneficiárias do Auxílio Natalidade. O kit de higiene

pessoal destinado aos usuários acompanhados pelo CREAS deverá ser fornecido integralmente montado, com os itens organizados e acondicionados em mochila tipo saco personalizada, conforme a arte institucional fornecida pela Administração.

As aquisições serão realizadas de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento e conforme a demanda efetivamente apresentada pela rede socioassistencial, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos registrados. Esse modelo permitirá maior controle do estoque, redução do risco de vencimento ou deterioração dos produtos e atendimento tempestivo das necessidades dos beneficiários.

Dessa forma, a solução busca assegurar a disponibilidade contínua de bens essenciais à proteção da primeira infância, ao cuidado com gestantes e recém-nascidos e ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, promovendo dignidade, higiene, segurança, bem-estar e maior efetividade das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo Município.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa dos quantitativos foi definida com base no histórico de atendimentos da rede socioassistencial, na última aquisição registrada, no crescimento da demanda e na necessidade de manutenção de disponibilidade mínima para evitar a descontinuidade da concessão dos benefícios e dos atendimentos realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social — SEMDES.

Para a formação do Kit Natalidade, foram estimados 300 kits de enxoval para bebê, 300 kits de higiene pessoal para bebê, 300 banheiras infantis, 300 bolsas maternidade, 300 garrafas térmicas e 300 carrinhos de bebê. A correspondência entre esses quantitativos decorre da necessidade de composição de até 300 conjuntos completos destinados às gestantes e famílias beneficiárias do Auxílio Natalidade durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

O quantitativo de 300 conjuntos considerou o histórico de 166 kits adquiridos anteriormente, a ampliação estimada da demanda socioassistencial, a variação anual do número de gestantes atendidas e a necessidade de prevenir situações de desassistência. Também foi considerada a impossibilidade de prever com exatidão a quantidade de concessões, por depender de fatores sociais, econômicos e demográficos e da procura pelos serviços públicos.

Para o atendimento das ações desenvolvidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, foram estimados 700 kits de higiene pessoal, destinados principalmente às pessoas em situação de rua e aos usuários em extrema vulnerabilidade social atendidos em abordagens, ações emergenciais e demais atividades de proteção social.

Os quantitativos representam estimativas máximas para o período de 12 meses e não geram obrigação de aquisição integral pela Administração. Os fornecimentos ocorrerão de forma parcelada, conforme a demanda efetivamente registrada, permitindo melhor controle do estoque, redução do risco de vencimento dos produtos e utilização eficiente dos recursos públicos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 896.837,00

De acordo com cotações realizadas pelo Departamento de Gestão de Preços, o valor total estimado da contratação é de R\$ 896.837,00 (Oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e trinta e sete reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a diversidade dos produtos que compõem a contratação e a existência de fornecedores especializados em segmentos distintos, mostra-se técnica e economicamente adequado o parcelamento da solução, de modo a ampliar a competitividade, favorecer a participação de empresas especializadas e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para cada grupo de produtos.

Os itens destinados à composição do Kit Natalidade foram organizados conforme sua natureza e finalidade, separando-se os produtos de enxoval, os materiais de higiene infantil, os bens complementares de apoio aos cuidados do bebê e o carrinho de bebê. O Kit de Higiene Pessoal destinado aos usuários acompanhados pelo CREAS foi mantido em lote próprio, por possuir público, composição e finalidade distintos.

Nos Lotes 01, 02 e 05, justifica-se a manutenção dos respectivos componentes agrupados, considerando que o objeto consiste no fornecimento de kits completos, montados, organizados e devidamente acondicionados. A divisão interna desses kits por item aumentaria o número de fornecedores e entregas, transferiria integralmente à Administração a atividade de separação e montagem e ampliaria o risco de falta de componentes, recebimento em momentos distintos e atraso na disponibilização dos benefícios.

O carrinho de bebê deverá permanecer em lote individualizado, em razão de suas características próprias de segurança, certificação, garantia e segmento específico de comercialização, permitindo maior controle sobre a qualidade do produto e maior participação de fornecedores especializados.

Quanto ao conjunto composto por banheira infantil, bolsa maternidade e garrafa térmica, recomenda-se que a adjudicação ocorra por item, pois se trata de produtos autônomos, comercializados por diferentes segmentos e que não necessitam ser fornecidos pela mesma empresa para assegurar a funcionalidade do Kit Natalidade. O agrupamento obrigatório desses itens em lote único poderá reduzir a competitividade sem apresentar vantagem técnica ou econômica suficientemente demonstrada.

Dessa forma, o parcelamento deverá preservar o fornecimento integrado dos kits que exigem montagem e acondicionamento pelo contratado, ao mesmo tempo em que deverá permitir a adjudicação individual dos produtos autônomos, conciliando eficiência administrativa, competitividade, economicidade e segurança no atendimento das demandas socioassistenciais.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações externas indispensáveis ou interdependentes para a execução do objeto, uma vez que a solução contempla o fornecimento completo dos materiais necessários à composição dos Kits Natalidade e dos Kits de Higiene Pessoal, incluindo montagem, acondicionamento e personalização dos itens, quando aplicável.

As futuras aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de processos específicos de contratação, emissão de notas de empenho ou instrumentos equivalentes, conforme a demanda efetivamente apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social — SEMDES e a disponibilidade orçamentária dos respectivos centros de custo.

Embora os Lotes 01 a 04 estejam vinculados à formação do Kit Natalidade, essa relação não caracteriza contratação externa interdependente, pois todos os componentes integram o mesmo procedimento licitatório. A Administração deverá apenas coordenar as solicitações e os prazos de entrega dos diferentes fornecedores, de modo a assegurar a disponibilidade simultânea dos materiais necessários à montagem final dos kits.

A distribuição dos Kits Natalidade relaciona-se à execução do Benefício Eventual Auxílio Natalidade, enquanto os Kits de Higiene Pessoal estão vinculados às abordagens e aos atendimentos realizados pelo CREAS. Tais ações constituem atividades administrativas e socioassistenciais já desenvolvidas pela SEMDES, não exigindo contratação complementar específica para a utilização dos bens.

Dessa forma, a contratação poderá ser executada de maneira autônoma, devendo a Administração manter o adequado planejamento das aquisições parceladas, do armazenamento, da montagem final e da distribuição dos produtos aos respectivos beneficiários.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social — SEMDES, considerando a necessidade de assegurar a continuidade dos benefícios eventuais e das ações socioassistenciais destinadas às gestantes, recém-nascidos, famílias de baixa renda, pessoas em situação de rua e demais usuários em condição de vulnerabilidade social.

A aquisição dos itens destinados à formação do Kit Natalidade está vinculada à execução do Benefício Eventual Auxílio Natalidade, previsto na legislação municipal, e integra as medidas de proteção social voltadas à primeira infância, ao fortalecimento dos vínculos familiares e à garantia de condições mínimas de cuidado, higiene, segurança e dignidade ao recém-nascido.

A contratação dos Kits de Higiene Pessoal também se relaciona ao planejamento das atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, especialmente às abordagens sociais, aos atendimentos emergenciais e às ações de proteção destinadas às pessoas em situação de rua e aos indivíduos em extrema vulnerabilidade social.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se compatível com o planejamento administrativo da Secretaria, uma vez que a demanda ocorre de forma variável ao longo do exercício. Esse modelo permitirá aquisições parceladas durante o período de 12 meses, conforme a necessidade efetivamente identificada, evitando a formação excessiva de estoque, o vencimento de produtos e a descontinuidade dos atendimentos.

Dessa forma, a contratação apresenta compatibilidade com as atividades, objetivos e necessidades operacionais da SEMDES, contribuindo para a execução contínua e eficiente da Política Municipal de Assistência Social e para o atendimento tempestivo do público acompanhado pela rede socioassistencial.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação permitirá assegurar a continuidade da concessão do Benefício Eventual Auxílio Natalidade e das ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social — SEMDES, garantindo atendimento tempestivo às gestantes, recém-nascidos, famílias de baixa renda, pessoas em situação de rua e demais usuários em condição de vulnerabilidade social.

A disponibilização dos Kits Natalidade proporcionará às famílias beneficiárias acesso a itens essenciais de enxoval, higiene, cuidado, conforto, mobilidade e proteção do recém-nascido, contribuindo para a promoção da saúde, do bem-estar e do desenvolvimento adequado da criança nos primeiros meses de vida.

A aquisição também reduzirá os impactos financeiros suportados pelas famílias em situação de vulnerabilidade no período do nascimento, fortalecendo a proteção à primeira infância, os vínculos familiares e a efetividade das políticas públicas de assistência social.

Quanto aos Kits de Higiene Pessoal destinados aos usuários acompanhados pelo CREAS, espera-se ampliar as condições mínimas de higiene, saúde, autocuidado e dignidade das pessoas em situação de rua e de extrema vulnerabilidade social, inclusive durante abordagens e atendimentos emergenciais.

A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá aquisições parceladas conforme a demanda efetivamente apresentada, favorecendo o controle dos estoques, a redução de desperdícios e vencimentos, a continuidade do atendimento e a aplicação eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, os principais benefícios esperados são a prevenção de situações de desassistência, o fortalecimento da rede de proteção social, a melhoria das condições de cuidado e higiene dos beneficiários e a maior eficiência na execução das ações socioassistenciais do Município.

13. Providências a serem Adotadas

Recomenda-se avaliar a necessidade de apresentação de prova ou amostra da personalização antes da produção em maior quantidade, evitando entregas com logomarca, dimensões ou acabamento divergentes do padrão institucional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação apresenta impactos ambientais relacionados principalmente à fabricação, ao transporte, ao acondicionamento, ao armazenamento e ao descarte das embalagens e dos produtos que compõem os Kits Natalidade e os Kits de Higiene Pessoal. Entre os resíduos potencialmente gerados encontram-se embalagens plásticas, caixas de papelão, frascos, tecidos, componentes metálicos, produtos de higiene vencidos ou danificados e materiais de uso infantil que, se descartados inadequadamente, poderão causar danos ao meio ambiente.

Os produtos descartáveis, como fraldas, lenços umedecidos, hastes flexíveis e aparelhos de barbear, possuem vida útil reduzida e contribuem para a geração de resíduos sólidos. Também deverão receber atenção especial os cosméticos, o álcool 70%, a pomada dermatológica e os demais produtos sujeitos a prazo de validade, evitando-se aquisições excessivas, perdas por vencimento e descarte em locais inadequados.

Como medidas de mitigação, deverão ser priorizados produtos duráveis, resistentes, seguros e adequados à finalidade, de modo a reduzir substituições prematuras e desperdícios. As aquisições deverão ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda efetivamente identificada, permitindo melhor controle dos estoques e redução do risco de deterioração ou vencimento dos produtos.

As embalagens deverão ser utilizadas somente na quantidade necessária à proteção e à organização dos materiais, com preferência, quando possível, por materiais recicláveis ou reutilizáveis. Após o recebimento, os resíduos deverão ser segregados conforme sua natureza e encaminhados à coleta seletiva, reciclagem, logística reversa ou outra forma de destinação ambientalmente adequada, quando aplicável.

Os produtos vencidos, avariados, violados ou impróprios para utilização não deverão ser descartados juntamente com os resíduos comuns, especialmente medicamentos, cosméticos, álcool e recipientes contaminados, devendo ser destinados de acordo com as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

A realização de entregas planejadas e, sempre que possível, consolidadas também contribuirá para a redução do número de deslocamentos, do consumo de combustíveis e das emissões associadas ao transporte.

Dessa forma, embora a contratação apresente impactos ambientais de baixa a moderada magnitude, estes poderão ser reduzidos mediante planejamento das aquisições, controle de validade, uso racional de embalagens, adequada segregação dos resíduos e destinação ambientalmente correta dos materiais descartados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Declara-se viável, com restrições, o prosseguimento da presente contratação, considerando que a solução proposta se mostra adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada.

O prosseguimento fica condicionado ao saneamento das providências apontadas na fase preparatória, especialmente quanto à consolidação das informações, adequação dos documentos e definição clara das condições de execução.

Saneadas as pendências, declara-se viável o prosseguimento da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NICOLAS NISSOLA DIAS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/PMJ/2026
Modelo de Proposta Comercial
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:						
Bairro:						
Endereço:						
Município:		CEP:				
Estado						
Representante:		CPF:				
Telefone:		E-mail:				
Banco:		Agência:		Conta-corrente:		
Optante pelo SIMPLES: () SIM () NÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
1)					R\$	R\$

Valor total da proposta: R\$ xx (xx reais).

OBSERVAÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME AS CONSTATE NO TERMO DEREFERÊNCIA.

DECLARAMOS que estão inclusas no valor da proposta todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Prazo de validade da proposta: 90 (Noventa dias contados da sua abertura mínimo).

Prazo de entrega (execução): xx (xx) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento.

Condições de pagamentos: conforme edital e seus anexos.

Forma de entrega: Terrestre.

Local de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, conforme Termo de Referência.

Garantia Legal: Conforme art. 24, do CDC.

Outras Garantias: Conforme Contrato.

Local e data: de de 2026.

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/PMJ/2026
PROCESSO Nº 10708/PMJ/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /PMJ/2026

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo (a) Assessor (a) de Técnico (a) de Registro de Preço, Sr.(a) e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar de Preços visando a futura e eventual AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL PARA BEBÊ, KIT DE HIGIENE PESSOAL PARA BEBÊ E KIT DE HIGIENE PESSOAL**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 14.926/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços visando a futura e eventual AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL PARA BEBÊ, KIT DE HIGIENE PESSOAL PARA BEBÊ E KIT DE HIGIENE PESSOAL, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pelas Secretarias solicitantes, partes integrantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/PMJ/2026**.

4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

4.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no

prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

4.3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

4.3.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

6.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

6.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. A entrega dos itens deverá ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do envio da respectiva Ordem de Fornecimento, independentemente de a empresa contratada estar sediada no Município de Jaru/RO, em outros municípios do Estado de Rondônia ou em qualquer outra unidade da Federação.

7.2. LOCAL DE ENTREGA

7.2.1. Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelno Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável pelo Almoxarifado ou servidor designado, juntamente com a nota fiscal e a Ordem de Fornecimento.

7.3.2. O recebimento provisório destina-se à conferência inicial de volumes, quantidades aparentes, integridade das embalagens e correspondência básica com os documentos apresentados, não representando aceitação definitiva.

7.3.3. Os produtos serão submetidos à verificação de qualidade, quantidade, composição, dimensões, validade, regularidade sanitária, certificações, personalização e demais requisitos.

7.3.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante manifestação do responsável ou termo de recebimento.

7.3.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:

- a) estiverem em desacordo com as especificações;
- b) forem entregues em quantidade inferior à solicitada;
- c) apresentarem defeitos, avarias, vazamentos, violações ou sinais de uso;
- d) estiverem vencidos ou com validade inferior à exigida;
- e) não apresentarem registro, certificação ou identificação obrigatória;
- f) apresentarem personalização diferente da aprovada;
- g) estiverem incompletos.

7.3.6. A Contratada deverá substituir os produtos rejeitados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da notificação, sem custo adicional.

7.3.7. O recebimento definitivo dos produtos substituídos somente ocorrerá após nova conferência e aceitação.

7.3.8. O prazo de recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando forem necessárias diligências, consultas a órgãos reguladores, testes ou verificações complementares.

7.3.9. Havendo controvérsia quanto a parte da entrega, poderá ser reconhecida e processada a parcela incontroversa, desde que seja possível individualizá-la sem prejuízo da Administração.

7.3.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos de fabricação, irregularidades, falta de segurança, desconformidades ou obrigações de garantia identificadas posteriormente.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, adequados à finalidade prevista e integralmente compatíveis com as especificações, quantidades, composições, dimensões e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.4.2. Os produtos deverão ser entregues sem avarias, manchas, rasgos, deformações, falhas de costura, vazamentos, violação de embalagem, defeitos de fabricação ou quaisquer condições que comprometam sua qualidade, segurança ou utilização.

7.4.3. Os produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão possuir registro, notificação, cadastro ou regularização perante a ANVISA, quando exigidos pela legislação.

7.4.4 Os produtos sujeitos à certificação compulsória deverão possuir certificação válida e o respectivo Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro.

7.4.5. Os produtos com prazo de validade deverão apresentar, na data da entrega, período remanescente compatível com o prazo de armazenamento e consumo previsto pela SEMDES, conforme percentual ou prazo mínimo definido nas respectivas especificações.

7.4.6. As embalagens deverão estar íntegras e conter as informações obrigatórias, incluindo fabricante, composição, lote, data de fabricação, validade, instruções de uso e cuidados de conservação, quando aplicáveis.

7.4.7 Os produtos entregues em desconformidade deverão ser substituídos pela Contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, competindo-lhe acompanhar e verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta aceita, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e nas respectivas Ordens de Fornecimento.

7.5.2. No ato da entrega e durante o recebimento, a fiscalização deverá conferir as quantidades, especificações, composição dos kits, dimensões, materiais, integridade das embalagens, identificação dos fabricantes, lotes, prazos de validade, registros sanitários, certificações e demais requisitos aplicáveis aos produtos fornecidos.

7.5.3. Nos itens personalizados, deverá ser verificada a conformidade com a arte previamente aprovada pela Contratante, especialmente quanto às cores, dimensões, posicionamento, acabamento, legibilidade e resistência da aplicação.

7.5.4. Os produtos entregues em desacordo com as especificações, incompletos, vencidos, avariados, violados, defeituosos ou sem a documentação exigida poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a Contratada providenciar sua substituição ou correção no prazo estabelecido, sem qualquer ônus adicional para a Administração e sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5.5. A fiscalização deverá registrar as ocorrências verificadas e comunicar ao gestor da contratação as situações que demandem providências administrativas. O acompanhamento realizado pela Administração não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, regularidade e conformidade dos produtos fornecidos.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme estatui o art. 3º, **inciso V**, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

8.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

8.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15 do decreto municipal nº 14.926/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

9. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

10.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 11.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 14.926.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 14.926, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição.**

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO IV
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/PMJ/2026
TERMO DE COMPROMISSO
(Em Papel Timbrado da Empresa)

AO

PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/PMJ/2026**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da LEI:

FATO SUPERVENIENTE

a) Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

ACEITAÇÃO DO EDITAL

b) Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS

c) Que concordamos em **FIRMAR CONTRATOS** dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendotodas as condições.

EMPREGABILIDADE DE MENOR

d) Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

e) Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e demais normativas aplicáveis.

DA CONCESSÃO DE USO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS

f) Que a empresa concorda com a publicação de todos os documentos enviados para habilitação no portal da transparência do município, sem quaisquer tarjas, rasuras e/ou métodos que impossibilitem a verificação do conteúdo dos referidos documentos, para que seja mantida a transparência das contratações do município de Jaru/RO.

EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO

d) Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

GRAU DE PARENTESCO

h) Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU.

AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

i) Que os documentos contidos na habilitação são **AUTÊNTICOS**.

ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES AO OBJETO

j) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

INVOLABILIDADE DAS EMBALAGENS E PRAZOS DE VALIDADES

k) Que as mercadorias serão entregues em **EMBALAGENS ORIGINAIS** e dentro do **PRAZO DE VALIDADE** de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de entrega, se outro não estiver especificado.

DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA

l) Que a empresa prestará garantia legal, no Estado de Rondônia, nos termos do Código do Consumidor, inclusive quanto à troca de produto e prestará a assistência técnica necessária e cabível ao objeto, sem custos adicionais.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data: de de 2026

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

A LICITANTE/DETENTORA DA ATA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em, / /2026

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).

_____, portador(a) do CPF n. _____, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

Local e data: **de** **de 2026**

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)